TEMPO PRESENÇA

Angola cá e lá

José Eduardo Agualusa
José Octávio Van Dunem
Kelly Cristina O. de Araújo
Luena N. Nunes Pereira
Marcelo Bittencourt

Ano 27 março/abril de 2005





36



Revista bimestral de KOINONIA março/abril de 2005 Ano 27 nº 340

KOINONIA Presença Ecumênica e Servico

Rua Santo Amaro, 129 22211-230 Rio de Janeiro RJ Tel (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016 koinonia@koinonia.org.br www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Emir Sader Francisco Catão Gilberto Barbosa Salgado Joel Rufino Luís Henrique Dreher Maria Emilia Lisboa Pacheco Maria Luiza Rückert Sérgio Marcus Pinto Lopes Yara Nogueira Monteiro **CONSELHO CONSULTIVO** Carlos Rodrigues Brandão

Ivone Gebara Jether Pereira Ramalho Jurandir Freire Costa Leonardo Boff Luiz Eduardo Wanderley Rubem Alves

EDITOR

Zwinglio M. Dias

(conforme convênio de 6/12/2002 com a Universidade Federal de Juiz de Fora)

ORGANIZADOR DESTE NÚMERO

Marcelo Bittencourt

EDITORA ASSISTENTE E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Helena Costa Mtb 18619

ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO Manoela Vianna

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA Martha Braga

COPIDESQUE E REVISÃO Carlos Cunha

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Andréa Carvalho SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Ana Emília Gualberto

Luciana Alves

CAPA Marta Strauch

FOTOLITOS

GR3 **IMPRESSÃO** Reproarte

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista

Preço do exemplar avulso

R\$ 3,50

Assinatura anual R\$ 21,00

Assinatura de apoio R\$ 28,00

Assinatura/exterior US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOI	M	ON	IA
7.01	L.	LI L	un.

No in o	Cruzando mares	
ANGOL	A CÁ E LÁ	
	APRESENTAÇÃO	
	Angola: Que país é esse? Marcelo Bittencourt	
	CONEXÕES Da traficância à independência angolana Marcelo Bittencourt	
	REPTO Angola: Novos e velhos desafios José Octávio Van Dunem	14
	IDENTIDADES Multiplicidades em Luanda Kelly Cristina Oliveira de Araújo	19
	POLIFONIA Religiosidade e identidades religiosas em Angola Luena Nascimento Nunes Pereira	24
TEOLO	GIA	
	Somos todos livres e escravos Ivone Gebara	30
REQUIR	ITE	
	Fradique Mendes e o dia das bruxas Uma família brasileira José Eduardo Agualusa	33
DIGNID	ADE HUMANA E PAZ	
	Para superar a violência	35
IMPLICE	DE TEMPO E DRECENCA	

Índice Tempo e Presença 2004

DITORIAL

(...)
"O choro de África é um sintoma

Nós temos em nossas mãos outras vidas e alegrias desmentidas nos lamentos falsos de suas bocas – por nós! E amor

e os olhos secos." (Agostinho Neto)

para a construção de nossa brasilidade: Angola! Independente do imperialismo português há pouco mais de 29 anos (1975), depois de uma longa guerra de emancipação com início em 1961 e de uma luta interna pelo controle do país que levou a uma guerra civil durante 27 anos, a nação angolana celebra nestes dias seu terceiro ano de vida pacificada. Neste curto período de paz trava-se no país uma outra batalha: o ingente esforço de superação dos gravíssimos problemas gerados pelo estado de guerra. Pais rico em petróleo, diamantes e produtos agrícolas como o café, é também um país multicultural, pois é formado por diferentes etnias, que hoje padecem dos resultados nefastos do colonialismo e da guerra fratricida que empobreceram o povo e colocaram a nação entre as 48 mais pobres do planeta. Ou seja, Angola faz parte "(d)aqueles territórios desesperados que uma vez chamávamos de 'Terceiro Mundo' e que agora, diante das condições de vida alcançadas pelo Primeiro Mundo, podemos chamar de 'não-mundo', puro acidente antropológico, não diferente dos acidentes geológicos ou atmosféricos, que, sob o nome de terremotos ou inundações, pedem socorro."

Nesta edição nossa revista se ocupa de um país africano que muito contribuiu

A situação desesperadora que assola o continente africano, em todos os sentidos vítima dos nem sempre confessáveis interesses dos países do Ocidente, reflete-se, de modo particular, em Angola. Esta mesma Angola cujos filhos e filhas ajudaram, com seu suor e sangue, mas também sua arte e sua fé, a construir o Brasil e que, hoje, reconstroem sua esperança com uma sensibilidade toda especial para com o povo e as artes do Brasil de além-mar! A tragédia africana a que o mundo assiste impávido como querendo não ver e com que seus governantes mais poderosos parecem pouco se importar aponta para a tragédia maior destes tempos globalizados: a indiferença e a insensibilidade para como o outro, ou seja, a morte do amor e a demência do eu ensimesmado, subprodutos letais gerados pela chamada civilização ocidental. O clamor africano pela solidariedade, pelo respeito e pela justiça devem nos sensibilizar e nos ajudar a romper com a barbárie neocapitalista que, em meio às complexidades de suas contradições ameaça devorar o mundo e impedir a expansão da vida.

Os colaboradores desta edição nos oferecem uma sucinta, mas profunda análise de diversos aspectos da sociedade angolana, tanto do ponto de vista histórico como sociológico e antropológico, que nos permitem perceber as reais dimensões dos problemas e das possibilidades desta Angola, outra, original, distante, mas que pulsa em nossa história e faz parte de nossa biografia.

É isso aí.

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

CARTAS

Renovo a minha assinatura de Tempo e Presença e renovo os meus agradecimentos pelo "trabalho-serviço" que vocês nos oferecem.

Votos de uma Páscoa Nova e Renovada.

Obrigada.

Nádia Veltori Balsas-MA

Ficar sem Tempo e Presença seria um retrocesso, trata-se de um instrumento indispensável no meu dia-a-dia. Parabéns pela contribuição que vocês prestam às pessoas e instituições comprometidas com a verdade.

Ana José Pereira Presidente Prudente/SP

Aproveito a oportunidade para reforçar o meu crédito à revista Tempo e Presença. Estou certo de que o conteúdo desta muito contribui para a caminhada de nossas comunidades: "protagonistas do novo céu e nova terra". Em tempos de exaltação do neoliberalismo idiota e burro, é preciso fortalecer iniciativas e alternativas que buscam o bem comum da comunidade, do coletivo. Aí sim, teremos a subjetividade, o sujeito valorizado na totalidade.

Axé!

Amarildo Bambinetti Florianópolis/SC Para nós, Tempo e Presença é uma daquelas revistas que é muito valorizada como subsídio de atualização, principalmente na linha pastoral. É bom ter subsídios como esta revista. No trabalho com a juventude somos desafiados continuamente a nos atualizar. Tempo e Presença está ajudando. Sigam em frente. Estão tendo o nosso apoio.

Roque Hammes Arrojo do Meio - RS

A revista Tempo e Presença tem sido de grande utilidade para os membros de nossa família, visto que somos professores e estudantes e, mais, participamos da Comunidade na área de catequese e liturgia.

> Tarcísio do Nascimento Galdino Contagem - MG

A revista Tempo e Presença é um instrumento indispensável para os trabalhadores enfrentarem os verdadeiros impérios da comunicação que se colocam a serviço do imperialismo e do capital transnacional. É importante material para ser usado nos cursos de formação e também como material didático com os alunos de segundo grau.

Armando Triches Enderle

Braga - ES

Continuamos à espera de sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre TEMPO E PRESENÇA.

E-mail para tp@koinonia.org.br Cartas para Tempo e Presença/Koinonia Rua Santo Amaro, 129 Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ

Cruzando mares

Duas 'viagens' pela internet foram suficientes para ilustrar com fidelidade como se dá o fluxo de informações entre Brasil e Angola. Num primeiro momento, buscando mapas e informações recentes, nos deparamos com uma matéria sobre a decisão do campeonato carioca de futebol num conhecido portal de notícias angolano. Sim, nas primeiras semanas de abril, Volta Redonda e Fluminense foram assunto importante no ciberespaço angolano, obtendo destaque equivalente à primeira página de um jornal impresso. Em que pese o interesse mundial no futebol brasileiro, não deixa de ser notável que um jogo regional ganhe tamanho espaço na imprensa de outro país, ainda mais se esse país é Angola, sobre o qual pouco se noticia aqui.

O que nos leva ao segundo momento: em nova 'ronda virtual', ainda no início de abril, somos informados, por um site angolano, que já haviam sido registrados 175 casos da febre hemorrágica no país, provocada pelo vírus de Marburg, resultando em 155 mortos. Uma situação gravíssima, talvez a mais letal epidemia desse vírus já ocorrida no mundo. E sobre isso muito pouco ou quase nada foi dito na imprensa brasileira.

Várias nações sofrem tragédias diárias das quais não tomamos conhecimento. Entretanto, não seria razoável que tivéssemos mais informações sobre o segundo maior país (depois do Brasil) a ter o português como língua oficial? Um país com o qual não dividimos fronteira terrestre, mas com o qual compartilhamos um oceano – real e metafórico, Atlântico e histórico. Uma nação de onde muitos de nossos antepassados vieram – à força, na travessia mais indigna, dolorosa e violenta de que se tem notícia – e formaram, de inúmeras maneiras, isto que hoje chamamos Brasil.

Razões históricas, sociológicas e culturais deste interesse simpático de Angola pelo Brasil, e da indiferença inquietante do Brasil por Angola surgirão, de uma forma ou de outra, nas páginas seguintes. Queremos aqui destacar o que este descompasso de interesses exemplifica sobre os fluxos de informações no mundo. Eles podem ser comparados às correntes marítimas e seus movimentos - ascendentes, descendentes, constantes, previsíveis. Mas ao contrário das marés, informações e notícias não são orientadas pela natureza, mas por questões políticas e econômicas, principalmente.

O caso Brasil/Angola nos leva a questionar o que é ou não considerado notícia, quem define esses parâmetros e de que modo reagimos ao que recebemos como informação relevante. Por que será que somos diariamente abastecidos com informações sobre o Oriente Médio, por exemplo, e mal sabemos o que se passa no Uruguai? Nenhuma predileção pelo povo uruguaio, nada contra o Oriente Médio, mas devemos estar atentos não apenas à mensagem, ao meio e ao emissor – mas também sobre o que não é noticiado; não apenas a presença e o discurso, mas sobretudo a ausência e o silêncio.

Não por acaso as constatações resultantes sobre fluxos desiguais de informações foram inspiradas por consultas à internet. Este meio de comunicação ainda oferece possibilidades de estabelecer fluxos de informação alternativos e independentes. Através de suas diversas interfaces - sites, portais, e-mails, blogues, grupos de discussão, etc. a informação trafega à revelia das grandes empresas de comunicação. Há uma salutar e singular autonomia em produzir e veicular dados - ainda que a exclusão digital seja real, a internet é hoje o meio de comunicação mais acessível. Talvez por ser o mais recente; talvez esta situação não se perpetue - portanto, enquanto é possível, aproveitemos e utilizemos a internet o máximo possível para interferir, modificar e criar novos fluxos de informação.

Angola Que país é



É um país cujos habitantes têm muito carinho pelo Brasil, especialmente por nossa música, nosso futebol, muitos de nossos produtos, nossas novelas e personalidades. Os segmentos de maior instrução formal e que ocupam cargos no aparelho de estado ou mesmo no crescente setor privado conhecem minimamente nossa literatura, e o que chega a ser mais surpreendente para nós brasileiros, que pouco escutamos falar de Angola, realçam com prazer nossa história comum. É um país em que quase todos os dias os jornais e telejornais falam do Brasil. Curiosamente sabemos muito pouco de Angola, quase nada, ainda que muito de nossos antepassados tenham sido trazidos daquela região, durante o tráfico de escravos, e o Brasil seja hoje o quinto fornecedor daquele país.

Angola está bem em frente ao Brasil, na África, no mesmo Atlântico Sul, e com seus 1.247.000 km2 têm aproximadamente o tamanho dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo somados (1.222.437 km2). Só que possui treze milhões de habitantes, enquanto os estados brasileiros citados chegam a aproximadamente 88 milhões. A capital de Angola, Luanda, está na direção de Maceió e, em função da prolongada guerra que assolou o país, concentra aproximadamente três milhões de pessoas.

Assim como o Brasil, Angola também fez parte do império português, mas enquanto nós obtivemos nossa independência em 1822, os angolanos só conquistaram a sua em 1975. Isso mesmo, há apenas 30 anos, que se completam no próximo 11 de novembro. Essa libertação tardia em relação às Américas aconteceu por toda a África, com raras exceções, e se deve também à colonização tardia do continente por parte das potências européias, com destaque para França, Inglaterra, Portugal e Bélgica. Pois ainda que esses países desde o século XIV comercializassem escravos africanos, seu controle real sobre o território era próximo de zero.

Portugal, como as demais nações européias com ambição territorial na África, ainda que com capacidade política, militar e econômica bem mais acanhada, só investiu no espaço africano em finais do século XIX. É desse período a migração de recursos e homens de Portugal para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé, que seriam consolidadas como as colônias portuguesas na África.

O fenômeno da descolonização, que se expandiu pela Ásia, Oriente Médio e África após a Segunda Guerra, alcançou também as colônias portuguesas na África. Entretanto, a ditadura do velho Salazar, que controlava Portugal desde os anos 1920, estava por demais presa aos compromissos imperiais, o que explica a forte resistência portuguesa à idéia de libertação das suas colônias. Não restou outra alternativa senão passar à luta armada. É assim que, em fevereiro de 1961, os angolanos realizam os primeiros ataques às forças coloniais portuguesas. O conflito duraria treze longos anos. O desgaste da guerra colonial e do próprio regime português precipitou um golpe militar em Portugal, a famosa Revolução dos



Cravos. Ocorrida em abril de 1974, sua principal consequência para os angolanos foi a consagração da idéia de independência para as colônias africanas de Portugal.

Mas Angola tinha outros problemas para além da dominação portuguesa. Sua ação anticolonial foi levada adiante por três movimentos de libertação: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), que não só lutaram contra o colonizador, mas também entre si. Desta forma, a guerra civil angolana tem a triste característica de ter começado antes mesmo da independência.

Com o passar dos anos o conflito polarizou-se. De um lado, apoiado pela União Soviética e por Cuba, o governo socialista do MPLA, do presidente Agostinho Neto, que governou até a morte em 1979, sendo substituído pelo atual presidente José Eduardo dos Santos. De outro, apoiada pelos Estados Unidos e pela Africa do Sul do apartheid, a guerrilha da Unita, de Jonas Savimbi. Várias tentativas de paz ocorreram, destacando-se os acordos de 1991, que marcaram a realização de eleições presidenciais e legislativas para o ano de 1992. Entretanto, com a recusa da Unita de aceitar a deliberação da ONU, quanto ao fato de o referido pleito ter sido considerado livre e justo, os combates foram retomados. Novas negociações foram realizadas em 1994 e 1997, mas também não tiveram sucesso.

As principais novidades dos anos 1990 foram o abandono do discurso socialista por parte do MPLA, que se traduziu numa crescente aproximação das economias ocidentais, e a angolanização dos recursos que financiavam a guerra. Em linhas gerais, o MPLA se apoiou nas receitas do petróleo, o principal produto angolano, atualmente responsável por 70% do seu Pib de 12 bilhões de dólares, enquanto a Unita obteve recursos das minas de diamantes sob seu controle. Some-se à contabilidade da guerra, um saldo impreciso porém real e cruel: contam-se aos milhares os mutilados e as minas, ainda existentes em solo angolano.

A guerra conheceu seu fim em abril de 2002, logo após a morte do líder da Unita, Jonas Savimbi, em fevereiro do mesmo ano. Pela primeira vez, Angola completa três anos de paz, o que evidentemente melhora de forma inequívoca a situação da população em geral, ainda que não signifique a solução para os demais problemas do cotidiano. Angola é,

em suma, um país potencialmente rico, mas classificado entre os 48 países mais pobres do mundo, segundo as Nações Unidas; carente de mão-de-obra qualificada, embora com um número crescente de nacionais com diferentes competências que vivem no exterior; dotado de vastas zonas capazes de atender à demanda interna na área agrícola, mas que necessita ainda da ajuda alimentar internacional; possuidor dos maiores recursos hidrográficos da região austral da África, mas com índices extremamente baixos de acesso a tais recursos por parte da quase totalidade da população. Além disso, é marcado pela desorganização dos serviços públicos, recorrentes faltas de energia, inflação galopante, constantes desvalorizações da moeda, salários expressos em milhões, desemprego, fragilidade do ensino e por aí vai. Como se vê, são carências que nós, brasileiros, em parte, conhecemos, embora devam ser levadas em conta numa proporção bem diferente.

Aliás, nossa relação com Angola não se limita à comparação dos índices de miséria, nem se restringe tampouco à importação, ao longo dos últimos anos, de nossas telenovelas e músicas por Angola, responsáveis pelos brasileirismos encontrados no falar angolano, principalmente nas zonas urbanas. Para além da visita a Angola de alguns atores da Rede Globo e de grupos brasileiros de música sertaneja e de pagode, a história entre essas duas margens do Atlântico possui laços mais antigos e fortes e está repleta de interesses econômicos complementares e de solidariedades políticas em momentos-chave, que pretendemos demonstrar ao longo de al-9 guns dos textos a seguir.

Marcelo Bittencourt, historiador, doutor em antropología pela Universidade Federal Fluminense, organizador convidado desta edição.

Da traficância à independência angolana

Marcelo Bittencourt

Os estudos existentes sobre as relações Angola e Brasil tendem a se concentrar no período de contato mais intenso, violento e de longa duração: o tráfico de escravos. O objetivo aqui será apontar outros momentos em que se estabeleceram contatos ou referências entre essas duas margens atlânticas no período que se estende entre os dois marcos: o fim do tráfico de escravos e a independência angolana

No terreno da história mais contemporânea, poucos são os trabalhos de maior fôlego sobre relações entre os dois países. A exceção fica por conta dos textos que se dedicam a entender como o Brasil, em 11 de novembro de 1975, à época sob a ditadura militar Geisel, reconheceu a independência de Angola, com a bandeira do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), na ocasião identificada com o ideal socialista. Este fato deve ser analisado tendo em conta as ambições estratégicas e comerciais dos militares e empresários brasileiros no Cone Sul, a política de boa vizinhança e de boas relações econômicas com o continente africano, além do recorrente pragmatismo da política externa brasileira.

ESPELHO INDEPENDENTISTA

O primeiro destaque é para a adoção do Brasil como referência por parte dos angolanos nas duas últimas décadas do século XIX, em sua luta contra Portugal. O que podemos observar através dos periódicos, editados sobretudo em Luanda, e repletos de exemplos dessa postura.

Os jornais passaram a ser uma importante tribuna para as reclamações de um segmento social formado por negros, brancos e mestiços, que tinham seus interesses enraizados na região e que percebiam a intensificação colonialista portuguesa como uma intervenção contrária aos seus interesses e em favor dos novos colonos e administradores a serem enviados da metrópole. Em artigo publicado no jornal *O Futuro d'Angola*, José de Fontes Pereira – o representante mais radical dessa safra de intelectuais e por muitos considerado o precursor do nacionalismo angolano – deixa claro um posicionamento ainda mais contestador:

Passando uma pequena revista sobre o muito que temos escrito, destaca-se a magna questão da independência desta nossa querida pátria, cuja idéia vem criando raízes no coração africano, afirmando-nos as adesões unânimes por esta nossa propaganda. (...) O sol que se descobre no horizonte aponta-nos um futuro igual ao que salvou Brasil e felicita a América. Trabalhador do futuro, dia e noite espargimos a semente fecunda da emancipação e cultivando sem cessar buscamos germinar o doce ideal da nossa independência, procurando quebrar o ovo fecundo nos rochedos da escravidão. Há de um dia chegar. Esperar e crer. (José de Fontes Pereira, em artigo publicado em O Futuro d'Angola, em 26-4-1889.)

Como se pode observar neste e em outros periódicos disponíveis no Arquivo Histórico Nacional de Angola, em Luanda, e na Biblioteca Municipal de Luanda, o Brasil foi eleito como referência no questionamento ao controle português, resultando mesmo numa perspectiva benevolente para com as mazelas aqui vividas. Numa perspectiva mais ampla, tratava-se do processo expansionista europeu sobre a África, que no caso angolano teve como característica peculiar a existência de 'postos avançados' no território, em que a presença de interesses estabelecidos 'precocemente', em função, acima de tudo do tráfico de escravos, seguido por outros comércios legais, resultaria numa inesperada resistência.

O LUSO-TROPICALISMO

Nos anos 1950, do século XX, observa-se outra das conexões entre Angola e Brasil. O governo colonial português, adotando uma visão preventiva quanto às consequências libertadoras das independências que se sucediam no continente africano, passa a enaltecer, após um rechaço inicial, o discurso luso-tropicalista do sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre. A proposta buscava desestabilizar a movimentação dos pequenos grupos urbanos com pretensões anticoloniais, especialmente em Angola, num momento em que o domínio português sobre as provincias ultramarinas passava a ser questionado internacionalmente de maneira mais incisiva.

Esse foi o papel dispensado às argumentações freyrianas sobre a família patriarcal portuguesa e sobre a "forma peculiar de ser e estar do português no mundo, em especial nos trópicos". Consistiria também

Como se pode observar,
o Brasil foi eleito
como referência no
questionamento ao
controle português,
resultando mesmo numa
perspectiva benevolente
para com as mazelas
aqui vividas

numa ideologia para consumo interno, isto é uma tentativa de elevação do baixo prestígio nacional português. As extrapolações das teses de Gilberto Freyre cresceram à medida que se fazia necessário aumentar o poder de argumentação de defesa das chamadas províncias ultramarinas portuguesas.

O mais interessante é notar, de parte das autoridades coloniais portuguesas, não só a utilização recorrente do Brasil como exemplo da 'capacidade' lusitana em criar 'sociedades multirraciais', mas também o esforço em transformar essa 'característica' do colonialismo português – a 'multirracialidade' – com direito à manutenção de suas colônias.

A legislação resultante dessa nova postura luso-tropicalista, evidentemente, não implicou o fim da discriminação racial. Pelo contrário, ao agravar a disputa econômica, acabou por fomentar atitudes racistas da parte dos colonos, o que estimulou uma resposta também de cunho racial dos nacionalistas. A nova propaganda luso-tropicalista ocorria paralelamente a um crescimento do número de portugueses que escolhiam Angola como local para viver e, claro, enriquecer. Esses portugueses possuíam baixa escolaridade, o que

numa pretensa política 'multirracial' aproximaria as possibilidades entre brancos, negros e mestiços. Em 1950, quase a metade dos brancos em Angola nunca freqüentara a escola e menos de 17% tinham ido além da quarta classe. Mesmo assim, as oportunidades de trabalho 'teimavam' em não aparecer para negros e mestiços.

CONEXÃO LIVRE E DISPERSA

Todavia, um outro movimento de conexão entre essas duas margens do Atlântico, mas com orientação, agentes e desfechos totalmente diferentes, iria se estabelecer em paralelo às relações de caráter oficial e colonial que assumiriam as teses freyrianas.

A luta pela independência em Angola, já com uma perspectiva nacional, tem como um de seus locais de gestação o ambiente cultural luandense. Estimuladas por jovens de finais dos anos 40 e principalmente do início dos anos 50 do século XX, revistas culturais, rodas de leitura e uma produção literária preocupadas em realçar a sua africanidade ganham destaque como instrumentos de contestação à imposição dos padrões coloniais. De forma nada surpreendente, seus principais expoentes seriam também os primeiros a fornecerem uma formatação política mais consistente aos anseios independentistas. A ligação entre atividade cultural e iniciativa política era já bem conhecida tanto dos angolanos, quanto das autoridades governamentais. Foi o caminho possível para se buscar a conscientização e a organização necessárias para o início da luta anticolonial. Essa articulação se faria presente também em outros centros urbanos, principalmente mais ao sul, como Benguela e Huambo.

Nessa passagem de uma etapa de divulgação cultural para um momento de criação e organização de pequenos grupos de ação política clandestina, contou, sobretudo, a influência do pensamento de esquerda, principalmente de orientação marxista, transmitido aos angolanos independentistas pelos trabalhadores marítimos, pelos exilados do regime e por alguns brancos marxistas, ou ainda por intermédio de estrangeiros. E o que nos interessa ressaltar é que parte desse instrumental e dessas referências era proveniente do Brasil.

O material a que tinham acesso era bem diversificado, desde panfletos e revistas brasileiras até livros de formação política e romances de Jorge Amado e Graciliano Ramos, entre outros. O que realmente importava era fazer circular publicações que divulgassem autores de concepção marxista. Os livros da editora brasileira Vitória também conseguiam chegar; ainda que com grande dificuldade, dada a ação da polícia política portuguesa (Pide), que impedia a entrada desse material.

A influência brasileira podia ser notada ainda na imprensa angolana, através dos canais de livre acesso, como o rádio e os jornais. Nesse último caso, temos o exemplo do quinzenário Jornal de Angola. A coleção desse periódico também se encontra no Arquivo Histórico Nacional, em Luanda, e é um belíssimo exemplo da presença da imagem e da informação do Brasil em terra angolana.

Os contatos entre angolanos e brasileiros, nos anos 1950, se desdobrariam por diferentes caminhos, assim como as consequências. Até mesmo os estatutos do Partido Co-



munista de Angola seriam muito semelhantes aos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A versão quanto à adaptação dos estatutos do PCB está presente, por exemplo, em interrogatórios feitos pela polícia política portuguesa (Pide) a militantes angolanos.

Há o caso ainda do Botafogo, que nos anos 50 do século passado, era um dos locais dessa agitação. O clube era um local de encontro que permitia fazer algum trabalho clandestino de conscientização política. O nome era devido ao clube carioca e se dedicava, na sua área desportiva, quase integralmente ao futebol. Era um clube de musseque (bairros su-

As extrapolações das teses de Gilberto Freyre cresceram à medida que se fazia necessário aumentar o poder de argumentação de defesa das chamadas províncias ultramarinas portuguesas

burbanos formados por casas improvisadas, muitas vezes de lata e madeira onde morava a esmagadora maioria dos negros) que chegou a disputar jogos com os clubes da cidade de asfalto, os clubes dos colonos. Comportava nomes ligados ao nacionalismo angolano e facilitava a circulação dos livros brasileiros, citados anteriormente, que ajudariam a expandir a conscientização para a luta anticolonial. O clube possuía também um serviço de assistência gratuita para consultas médicas. Em 1961, ano em que começa a luta armada anticolonial, o Botafogo seria fechado pelas forças coloniais.

O MPLA NO BRASIL

Além das representações junto aos diversos governos que apoiavam a idéia de uma Angola independente, o MPLA buscou também a ajuda de partidos políticos e intelectuais nos mais distintos países, a fim de que estes mobilizassem a opinião pública de modo a forçar os seus respectivos governos a pressionarem o regime português

no sentido de negociar com o movimento de libertação.

No Brasil, essa estratégia teria redundado, entre outros fatores, na criação do Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (Mabla), responsável pela organização de manifestações a favor da independência angolana, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, e apoiado em grande medida pela militância do movimento negro. Também no meio acadêmico, a questão angolana receberia atenção de figuras conhecidas do cenário nacional, como Aurélio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior, Edson Carneiro, Florestan Fernandes e Josué de Castro, incentivadores de um comitê de solidariedade ao povo angolano na sua luta pela independência.

Para além da pressão sobre as autoridades governamentais brasileiras, um dos grupos de apoio ao MPLA sediado no Brasil, contando com a presença, dentre outros, dos angolanos José Lima de Azevedo, José Manuel Gonçalves e Fernando Costa Andrade e dos brasileiros José Maria Nunes Pereira e Fernando Mourão, buscou alargar seus contatos no meio sindical, através de nomes de peso da política nacional, como os deputados Leonel Brizola e Osvaldo Pacheco da Silva. Com essa ligação, o grupo ambicionava concretizar ações de boicote a produtos portugueses desembarcados nos portos brasileiros. As negociações já estavam avançadas quando o clima político brasileiro muda drasticamente e o fechamento político se estabelece no País. O golpe militar de 1964 deitaria por terra outras iniciativas em fase de elaboração, como a de obter o apoio do Itamaraty para o Há o caso ainda do
Botafogo, que nos anos 50
do século passado, era um
dos locais dessa agitação.
O clube era um local de
encontro que permitia
fazer algum trabalho
clandestino de
conscientização política. O
nome era devido ao clube
carioca e se dedicava, na
sua área desportiva, quase
integralmente ao futebol

transporte, pela Força Aérea Brasileira, de medicamentos para os homens do MPLA e a tentativa de boicote às transferências monetárias realizadas pela vasta colônia portuguesa residente no Brasil.

Logo em seguida, seriam detidos os principais articuladores dessa rede, sob a acusação de "agitadores comunistas internacionais", só retomando a liberdade meses depois, fruto da mobilização dos amigos e das embaixadas africanas no Brasil. Evidentemente, também os angolanos e seus companheiros brasileiros, representantes da luta do MPLA no Brasil, sofreriam com a tortura durante a sua detenção. José Lima de Azevedo, uma das vítimas angolanas desse processo, descreveria as brutalidades sofridas, identificando ainda seus agressores, em relatório entregue ao jornalista Márcio Moreira Alves, que tempos depois publicaria trechos do documento no livro Torturas e Torturados.

A ditadura brasileira não conseguiria controlar tudo, evidentemente. Muitos foram os contatos surgidos entre exilados dos dois países a partir de finais dos anos 1960, tanto em solo europeu, quanto africano (neste último caso, em especial na Argélia). A título de exemplo, pode ser destacada a utilização dos trabalhos de Paulo Freire pelo MPLA, na elaboração de manuais de alfabeti-

Ricardo Stuckert/ABr



Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Eduardo dos Santos durante cerimônia na capital angolana, em novembro de 2003

zação, o que resultaria no prêmio Nadejda Krupskaya, em 1972, dado pela Unesco à campanha de alfabetização do movimento.

A ÚLTIMA TENTATIVA DE INTERVENÇÃO BRASILEIRA

No início da década de 1970, o governo brasileiro tenta interceder a Portugal no sentido de se buscar uma solução negociada com os movimentos de libertação das colônias portuguesas na África. Era o momento de exaltação do projeto nacionaldesenvolvimentista brasileiro, de busca por novos mercados, tendo especial atenção ao petróleo africano. Tudo isso embalado por um discurso culturalista de ligação à África.

O lobby português no Brasil era forte e presente em vários setores — nos partidos políticos, nos jornais e nas associações empresariais lusobrasileiras — sempre contrário a uma aproximação com a idéia de independência para as colônias africanas de Portugal. Ainda assim, em fins de 1972 o Itamaraty já se tinha definido pela aliança com a África Negra. Não havia como cortejar novos aliados no continente vizinho sem romper com o apoio à política colonial portuguesa, tendo o petróleo africano exercido um papel decisivo nessa opção.

A postura radical de alguns chefes de Estado africanos com a guerra colonial levada adiante por Portugal na África (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique – as suas colônias em conflito) oferece ao governo brasileiro a possibilidade de tentar se posicionar como mediador entre Portugal e os movimentos de libertação das colônias portuguesas. Mas a resposta negativa por parte de Portugal viria na forma de uma enO Brasil foi descoberto pelos africanos de língua oficial portuguesa, principalmente os angolanos, como alternativa acadêmica, e não apenas comercial, ao agora europeizado Portugal

trevista do chefe de governo português, Marcelo Caetano, ao jornal O Globo, em dezembro de 1973, na qual ele se oferece como mediador entre o governo brasileiro e a guerrilha que se instalara no Brasil. Estavam encerradas as negociações.

OS NOVOS CAMINHOS DA "NOSSA HISTÓRIA COMUM"

Apontou-se neste texto mais exemplos de caso em que o Brasil funcionou como referência para os angolanos, ou como ponto de partida para os contatos estabelecidos, do que o inverso. Ainda que não se pretenda aqui inventariar o caminho inverso, cabe ressaltar alguns pontos da contra-mão desse sentido. No que se refere aos estudos sobre a escravidão, por exemplo, são fortes os sinais de que o aprofundamento da pesquisa nos possibilitará observar com mais detalhes a influência cultural daquela região específica do continente africano sobre o Brasil. Mas outros temas também poderão ser alvo de futuras investigações, como a batalha pela divulgação da luta anticolonial angolana no Brasil e o lobby colonialista português. Também a pesquisa sobre a migração de angolanos a partir de meados de 1970 para o Brasil apresenta grandes possibilidades e questões, como a racial, por exemplo. Por último, mas não menos importante, há que lembrar o comércio formal e, sobretudo, o informal que se estabeleceu entre os dois países a partir dos anos de 1980 e que devido ao marco cronológico aqui adotado escapou à nossa atenção.

Quanto às novidades, há, indiscutivelmente, uma nova safra de antropólogos e historiadores brasileiros que se dedicam ao estudo dessas relações, ou tão-somente aos temas angolanos, com destaque para aqueles que se concentram no século XIX, mas mais também no XX. Atualmente, no campo da história e da antropologia, estão em andamento no Brasil cerca de uma dezena de teses de doutorado sobre Angola. É, certamente, o maior boom na produção de trabalhos acadêmicos no Brasil sobre esse país.

Por outro lado, o Brasil foi descoberto pelos africanos de língua oficial portuguesa, principalmente os angolanos, como alternativa acadêmica, e não apenas comercial, ao agora europeizado Portugal. O número de angolanos matriculados em cursos de pós-graduação no Brasil nunca foi tão grande como agora. Vivemos, portanto, um momento de amplas possibilidades no campo dos estudos africanos no Brasil, com destaque para as relações entre Angola e Brasil, que foi o alvo deste trabalho. Cabe a nós, pessoas interessadas em aprofundar esses conhecimentos e em divulgar tais percursos, a tarefa de expandir esses estudos e vencer os obstáculos aínda teimosa-0 mente existentes.

Marcelo Bittencourt, historiador e doutor em antropologia pela Universidade Federal Fluminense.

José Octávio Van Dunem

Angola:

Este texto é resultado de algumas preocupações intelectuais sobre o novo quadro que Angola vive, resultado do final da guerra, uma das mais sangrentas da humanidade. O efeitosurpresa do acordo de paz assinado pelo governo de Angola e o alto comando militar da Unita deixaram claro que a imprevisibilidade e a vontade dos homens, por vezes, pode estar além das análises acadêmicas

Gostaríamos de começar este texto com um ponto prévio, para dizer que não se trata de um texto político, no sentido estrito do termo, mas sim uma abordagem sobre novos e velhos desafios, à luz de um momento novo que Angola, em meu entender vive.

Este texto é resultado de algumas preocupações intelectuais, sobre o novo quadro que Angola vive, resultado do final da guerra, uma das mais sangrentas da humanidade. A este quadro não é indiferente a situação vivida pela maioria dos países africanos que em situação de conflito armado, ou não, vivem condições sociais idênticas à de Angola. Num segundo momento, irei referir o que penso sobre a possibilidade de aproveitarmos a nossa história, e as experiências daí decorrentes para que num contexto mais contemporâneo possamos tirar mais valias para todos. O efeito-surpresa do acordo de paz assinado pelo governo de Angola e o alto comando militar da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) no dia 4 de abril de 2002, deixaram claro que a imprevisibilidade e a vontade dos homens, por vezes, pode estar além das análises acadêmicas. Contudo, pensamos que as reflexões acadêmicas podem apontar caminhos possíveis, e é neste sentido que nos propomos trazer o nosso contributo. Não é possível refletir sobre o futuro de Angola, sem referir o quadro dramático em que vive.

A guerra de Angola, que se arrastou por mais de trinta anos, criou um quadro político, econômico e social quase sem igual na história de África e do Mundo, levou a que hoje se encontrem, segundo estatísticas oficiais, cerca de quatro milhões de angolanos despojados dos mais elementares direitos. Sendo que esse número cresce se somado ao conjunto de angolanos que, mesmo dentro das áreas urbanas, de certa maneira mais protegidas, vive situações de pobreza acentuada, tendo em vista os grandes fluxos migratórios para os centros urbanos, e seus arredores vindo a transformá-los em áreas de grande concentração de pobreza, devido à situação de guerra e à procura de melhores condições de sobrevivência. As consequências da guerra foram muito além dos atingidos diretamente por ela; refletiram-se, indiretamente, no conjunto da nação angolana, deixando claro que só será possível estancar tal situação com programas políticos e sociais corajosos, privilegiando, entre outras ações, o reassentamento das populações. A inexistência de um sector que seja, da vida social, política, cultural e econômica que não tenha a guerra como justificação para o seu não desenvolvimento, é a prova do que referimos.

Depois da euforia justificada pelo fim da guerra, momento de júbilo para todos os angolanos, cabe uma reflexão mais atenta sobre o que eles esperam num quadro de paz. Afinal é uma nova era que se abre, e neste sentido são tantas as áreas que carecem de análise e reflexão que corre-

novos e velhos desafios

ria o risco de cair num generalismo inconsequente se sobre todas elas me fosse debruçar. A nossa contribuição incidirá na discussão de duas questões, a primeira referente ao que se entende por pacificação, após o "calar" das armas; e a segunda referente às possibilidades da cidadania enquanto instrumento de promoção da coesão social.

OS DESAFIOS DA PACIFICAÇÃO

Os finais dos anos 1980 e início do 1990 ficaram marcados por turbulências internas e pressões externas e internas em vários países africanos, que vieram a culminar em abertura política, multipartidarismo, elaboração de novas constituições e organização de eleições livres, elementos que se mostraram, rapidamente, em nosso entender, necessários, mas não suficientes mesmo porque o denominador comum a todos eles (países africanos), a pobreza, continuava (e continua) presente. Foram exemplo disso as rebeliões militares, o caso da Guiné-Bissau, acompanhado de instabilidade política, o Zimbábue, com os conflitos de terras e com processos eleitorais não muito transparentes, bem como conflitos armados de média e longa duração (como foi o caso de Angola), ou ainda uma terceira situação, não menos preocupante, em que não havendo uma situação de conflito armado a indisponibilidade de convivência democrática, inviabiliza aplicação e o funcionamento de agendas sociais que tenham como principal



Futebol em área que serve de abrigo a refugiados de guerra em Luanda, em frente ao antigo prédio da administração colonial portuguesa

objetivo reverter a situação de pobreza. Se observarmos que os processos políticos, em alguns casos, geraram outras situações de intolerância política, de maior ou menor densidade, aliados a uma situação de caos econômico e social que colocou as populações no limite da sobrevivência, então poderemos questionar se a aplicação das ementas políticas habituais, recomendadas pela comunidade internacional, e acatadas pelas elites políticas nacionais, proporcionam respostas adequadas aos principais problemas, que a grande maioria dos povos africanos vive.

No caso de Angola o fim da guerra deixou em aberto a necessidade de criação de programas sociais que, aplicados de maneira objetiva e tendo em conta os contextos em que podem, ou não, ser aplicados, podem contribuir para a elevação dos níveis de vida das populações. Essa perspectiva não pode ser retórica, tem mesmo que estar acima dos interesses políticos (o excesso de 'burocratização da vida política, deixando de lado questões prioritárias), senão vejamos: a um quadro de pobreza extrema em que o país se encontra, a fraca capacidade e investimento em recursos humanos, a situação econômica degradada, seja por fatores internos, como a paralisação quase completa do parque industrial, e um ineficiente funcionamento da rede comercial nacional, seja por fatores externos, como a situação periférica que a África em geral, e Angola em particular ocupam na economia mundial.

Nº 340 março/abril de 2005

O dever de casa de quem governa (e de quem deseja governar) é muito exigente sendo mesmo necessário que, em algum momento, se socorra dos governados. Essa seria a chave para evitar mais desagregação social e quiçá criar um modelo novo de abordagem das questões complexas que nos envolvem

O dever de casa de quem governa (e de quem deseja governar) é muito exigente sendo mesmo necessário que, em algum momento, se socorra dos governados, podendo ser essa uma chave, para concluir com êxito a sua tarefa. Mas deverá questionar-se de que maneira isso pode acontecer? Diríamos que essa seria a chave para evitar mais desagregação social e quiçá criar um modelo novo de abordagem das questões complexas que nos envolvem. Seria a possibilidade de dar voz a novos espaços e a novos atores, num contexto em que os mecanismos tradicionais do mundo da política têm dificuldade para dar respostas a todos os desafios. É necessário que o social e a educação sejam o eixo, de um novo modelo, valorizando de forma efetiva políticas públicas orientadas para a garantia de direitos sociais e do "direito a ter direitos", principalmente numa óptica harmonizada entre necessidades e sua satisfação. Ora, sobre isso, não tenhamos ilusões, não é somente com uma Constituição, que confere direitos, nem sempre respeitados, que se irão resolver as incongruências em que as sociedades africanas, como a angolana, estão mergulhadas; também não será com programas de solução econômica e 'empresarial' vindos de fora, encontrando respaldo interno, muitos deles envoltos em vestes emergenciais mas sem um foco social, (mesmo porque esse não é o seu objeto), que se irá reverter a situação de exclusão em que se encontra uma parcela grande da população angolana. Não queremos com isso dizer que se deve virar costas à necessidade de um esforço gigantesco financeiro comprometido com a necessidade de apoio financeiro internacional - para reverter à situação atual mas, tão-somente deixar espaço para que os angolanos possam, também, ser sujeitos da sua história, e deste esforço, com dignidade e cidadania.

CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DA PAZ

Com essa abordagem entro no segundo assunto que trago à discussão: será a cidadania termo hoje tão em uso, mas algo desgastado pela maneira nem sempre adequada da sua utilização instrumento que pode ajudar a edificar a paz para além da ausência de guerra? Parece-nos que a resposta se encontra na medida em que o cidadão se possa rever num projeto de cidadania. Antes é importante referir que o tema da cidadania, tão em voga, não tem respaldo em nenhuma teoria, tem sim recebido contribuições teóricas sobre a sua conceptualização que permitem encontrar melhores razões para a sua atualidade (Vieira, 1999); (Kymlicka, 1995); (Habermas, 1995). Destas contribuições retemos as formulações de Bryan Turner (1990) referidas por Liszt Vieira (1999) que apontam para dois tipos de cidadania: uma cidadania passiva, a partir "de cima", via Estado, e uma cidadania ativa, a partir "de baixo". Parecendo-nos ser este um dos dilemas dos nossos novos processos de democracia, ainda em embrião. O debate sobre cidadania está diretamente associado à discussão sobre "a questão democrática" e sobre as possibilidades de transformação do Estado e da sociedade. Isso mesmo é mais verdadeiro em países como Angola, onde as distorções sociais, já aqui referidas, levam à necessidade de se percorrer um longo caminho rumo à cidadania e à democracia, em sentido mais amplo, aqui entendido como práxis. Concorre para tal a necessidade urgente da Reforma do Estado, ampla e gradual, a criar um quadro de arrumação das instituições e proporcionar mais direitos e garantias ao cidadão. Por quanto o nosso Estado atual, decorre de uma configuração do Estado colonial. Como refere Eric Hobsbawm: ("...a cidadania e a democracia são palavras pelas quais todos correm a manifestar o seu entusiasmo..".), nós acrescentaríamos, que nesse entusiasmo se esbatem as reais dimensões da sua funcionalidade. É neste sentido que pensamos ser preciso numa situação de pós-conflito, como a de Angola, ter como farol o seguinte: ao situar a possibilidade de se aperfeiçoarem os direitos políticos do cidadão, através da implementação de mecanismos de democracia direta e das possibilidades de participação ativa do cidadão na vida pública, estaremos montando o esteio para o exercício de cidadania plena, despojada do complexo de que os problemas africanos e, no caso angolano, por se siAo situar a possibilidade de se aperfeiçoarem os direitos políticos do cidadão estaremos montando o esteio para o exercício de cidadania plena, despojada do complexo de que os problemas africanos, por se situarem no continente esquecido, têm obrigatoriamente que ter tratamento diferenciado

tuarem no continente esquecido, têm obrigatoriamente que ter tratamento diferenciado,

Isto implica buscar espaços de intervenção que visem antes de mais estabelecer uma relação viva cidadania/cidadão, espaço público para as decisões coletivas, que ultrapassem o simples regime de liberdades individuais e da representação. O que só

acontecerá na medida em que for viável com a prática de uma cidadania ativa, que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, e com capacidade de estabelecer novos espaços de participação política. Neste sentido a cidadania exige instituições, mediações que se consubstanciem na criação de espaços sociais (movimentos sociais, sindicais e populares, Ongs) estabelecendo uma ponte com instituições permanentes para a expressão política, como partidos e órgãos do poder público. Isto, distinguindo-se a cidadania ativa de uma outra outorgada pelo Estado, com a idéia moral do favor e da tutela. Este processo é complexo e lento, mas nem por isso deve ser subestimado, pois dele dependerá o processo de criação democrática contínua. Pensamos ser este o cenário

para o funcionamento de uma democracia participativa, que, em nosso entender, melhor se adaptará aos novos tempos.

Alertamos para o fato de que na base desse edifício deverá estar a educação, como um todo, embora seja sempre tratada como parente pobre nas agendas sociais; é fundamental para a consolidação de uma cidadania plena. Referindo aqui a educação política - entendida como educação para a cidadania ativa que deve ser olhada como o ponto nevrálgico da participação do cidadão que só se processa na prática. Neste sentido entender a participação popular como uma "escola de cidadania" implica rejeitar a argumentação habitual que, por vezes, exagera as condições de apatia e despreparo absoluto do cidadão, considerando-o incapaz, submisso e insusceptível de ser educado. A educação política não pode ser entendida como um caminho de mão única - só do Estado para o cidadão, mas ao invés, pela exigência da pluralidade de agentes políticos e não só de partidos políticos, apesar da sua clara e necessária função pedagógica, em que a tarefa primordial é a de, em conjunto, criar condições de inclusão de todos os angolanos no processo de reconstrução.

Neste sentido a nossa proposta é:

(a) estabelecer novos modelos de políticas sociais, voltados para a promoção da cidadania, com base na colaboração, formação de redes sociais e espaços de construção de consenso. Tais modelos deverão estar de acordo com os seguintes princípios: papel mobilizador do poder local;



Alertamos para o fato de que na base deverá estar a educação, embora seja sempre tratada como parente pobre nas agendas sociais; é fundamental para a consolidação de uma cidadania plena

organização dos atores sociais; melhor gestão de recursos; estratégias de médio e longo prazo. (b) Os objetivos devem ser: identificação de formatos de políticas urbanas que combinem concepções universais/redistributivas e focalizadas/compensatórias; sistematização e divulgação de experiências de políticas urbanas, tanto com referência às relações intragovernamentais, quanto às relações sociedade local e poder político local; capacitar através de projetos em parceria, os atores locais, governamentais e não-governamentais, para formulação e gestão de políticas urbanas comprometidas com o ideário de justiça social, voltada para os novos desafios e exigências de eficiência; monitorar os atores locais, governamentais e não governamentais, na elaboração de projetos estratégicos que permitam a mobilização de recursos e forças sociais para a busca do desenvolvimento local a médio e longo prazo; criação de bancos de dados sobre as áreas de intervenção reunindo informações quantitativas e qualitativas que subsidiem a avaliação das políticas urbanas.

No fundo, a nossa aposta vai no sentido de um maior fortalecimento do espaço público onde, como acima referimos, o cidadão se possa rever. Aqui chegado é momento de referir que nos parece que tal empreitada necessitará de grande esforço nacional e de boas parcerias internacionais. E sublinhamos, a expressão 'boa parceria', porquanto nem todas as parcerias têm sido benéficas. Pensamos ser aqui que o Brasil, com as suas características próprias de país periférico já apontadas, pode servir de laboratório para vários programas que podem vir a ser implementados em Angola. Isso mesmo poderá ser uma ação de mão dupla, no sentido em que haveria maior aproximação entre os nossos países pela trilha dos nossos problemas mais contemporâneos, indo mais além do normal folclore com que são apresentados. Possibilitando um novo encontro entre as margens não somente para avaliar os processos de desconstrução da nossa identidade, de que fomos alvos no passado, mas para pensar como podemos daqui para a frente construir um processo dialogante sobre os muitos problemas que nos afligem neste mundo globalizado para uns e excludente para outros.

Concluímos, reafirmando ser este tipo de concepção que nos deve nortear em relação às questões de cidadania e criação de pactos sociais, acreditando serem estes instrumentos fundamentais para a coesão social. Os assuntos aqui colocados fazem parte de um conjunto maior de questões que devem ser incorporadas em programas de estabilização social e, necessariamente, devem mobilizar os angolanos em torno dos seus objetivos. Esperamos que possam ser sinal de Alerta à Navegação. Por outro lado queremos deixar claro aqui o fato que nas dificuldades de uma Angola envolta em guerra desde a data da independência deixou o seu povo mais maduro, sendo o momento de paz vivido hoje, um exemplo real disso mesmo. Concluo referindo que deverá ser olhando para dentro da sua realidade mas colhendo para o bem e para o mal o exemplo de países como o Brasil que nós, Angola, podemos crescer.

José Octávio Van Dunem, doutor em sociologia (IUPERJ). Professor das Faculdades de Direito da Universidade Agostinho Neto e da Universidade Católica de Angola. Pesquisador Sénior do Instituto Econômico e Social de Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEIJÓ, Carlos. (2000) "A Reforma do Estado", mimeo, Luanda.

FERREIRA, Manuel Ennes. (1999) A Indústría em tempo de guerra (Angola, 1975-91). Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lísboa.

HABERMAS, Jurgen. (1995) "Citizenship and National Identity: Some Reflections on the Future of Europe", in R. Beiner (org.), Theorizing Citizenship. New York, State University of New York Press.

KYMLICKA, Will. (1995), Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights. Oxford, Clarendon Press.

SOUSA, Adauta. (2001) "Contribuição para uma Estratégia de Reintegração Social, no Contexto de uma Política de reassentamento Populacional" A-IP — Angola Instituto de Pesquisa Económica e Social. Luanda.

TURNER, Bryan. (1990) "Outline of a Theory of Citizenship sociology". The Journal of the British Sociological Association, vol. 24, nº 2.

VAN-DÚNEM, J. Octávio. (2001) "Angola/ África: realidade e perspectivas" in Selma Pantoja (org.), Entre Áfricas e Brasis, Editoras Paralelo 15 e Marco Zero, Brasília, São Paulo.

VIEIRA, Liszt. (1999) "Cidadania Global e Estado Nacional" in DADOS, vol. 42, nº 3.

Multiplicidades em Luanda

Kelly Cristina Oliveira de Araújo

Cerca de quatro milhões de habitantes (30% da população total do país), uma 'torre de babel': o lugar onde não só se falam muitas línguas diferentes, vivem-se culturas diferentes, que não necessariamente convivem entre si, mas que é também produto da chamada "aceleração histórica", tanto de seus processos internos como da conexão que estabeleceu com o mundo é a capital de Angola, atualmente um espaço privilegiado para a observação sobre o sempre árduo exercício da convivência, da tolerância, do partilhar de identidades



Mulheres vendem zíperes nas ruas de Luanda

Luanda, capital de Angola, é uma cidade em que vivem cerca de quatro milhões de habitantes - supõe-se que seja 30% da população total do país. Projetada originalmente, ainda durante o período colonial, encerrado a 11 de novembro de 1975, para abrigar não muito mais do que quinhentas mil pessoas, há quem a veja como uma "torre de babel": o lugar em que não só se falam muitas línguas diferentes, vivem-se culturas diferentes, que não necessariamente convivem entre si, mas que é também produto da chamada "aceleração histórica", tanto de seus processos internos como da conexão que estabeleceu com o mundo.

MULTIPLICIDADES URBANAS

Após a independência de Angola, Luanda conheceu uma verdadeira explosão demográfica. Parte dos quinhentos mil habitantes da cidade, sobretudo portugueses ou inscritos na administração colonial, saiu à altura da independência, deixando abandonados muitos prédios e moradias, os quais foram ocupados, primordialmente, pelos habitantes dos chamados musseques (bairros da periferia de Luanda, onde casas, construídas em adobe, madeira, latão ou qualquer outro material que se possa aproveitar, se amontoam em ruas estreitas, a maioria sem asfalto, luz ou água).

A manifestação mais aparente da chamada transição para uma economia de mercado é a tendência mais geral para uma informalidade das atividades econômicas, paralelamente à redução de impedimentos administrativos e legais para a expansão de um mercado de preços livres

No censo de 1983, Luanda contava com cerca de novecentos mil habitantes; em 1992, ano em que se realizaram as primeiras eleições diretas em Angola, ultrapassava os dois milhões, atualmente se fala em quatro milhões. Em sendo estes dados reais, nos trinta anos de independência a população da cidade foi multiplicada oito vezes, e esta taxa mostra-se drasticamente elevada se considerarmos que as estruturas não foram alargadas, nem sequer conservadas.

Este seria o cerne da questão: como se pode manter em funcionamento minimamente adequado, uma cidade que abriga cinco ou dez vezes mais pessoas do que suportaria as estruturas disponíveis? A resposta, por muitas vezes, mostra-se impossível. Ainda no tempo colonial as estruturas eram insuficientes, e depois da independência a situação agrayou-se, devido à degradação das estruturas existentes e à insuficiente criação de novas.

Nos musseques, em particular, acumulam-se os marginalizados do processo econômico e social, os que vieram do campo, fugindo das guerras ou da fome, sem uma 'profissão urbana' não encontram trabalho, pois em contrapartida ao crescimen-

to populacional não houve um crescimento industrial. Os recursos de sobrevivência encontrados por essa população, são as ocupações ditas 'marginais', que variam desde o pequeno comércio à delinqüência. Luanda é hoje uma cidade de gigantescos musseques – estimativas indicam que aproximadamente 70% de sua população vivem nesses bairros. Conforme afirmou o antropólogo angolano Ruy Duarte de Carvalho,

...os musseques hoje são vistos como a expressão de uma explosão... que encerra em si o germe de todos os tráficos, todas as informalidades; logo, de todo o incontrolável de todos os poderes, político, institucional e social, quer nos seus aspectos latentes como naqueles que já são efetivos.

São as estruturas criativas e singulares, desenvolvidas em cada espaço musseque, que prosseguem sendo desarticuladas e expulsam cada vez para mais longe os marginalizados de qualquer progresso social e econômico que possa se verificar em Angola.

As causas do superpovoamento são, de um modo geral, comuns aos países da África Austral. No caso angolano, o deslocamento maciço de populações do interior para as cidades, resultante dos conflitos e da fome, causa enorme pressão na demanda por alimentos, medicamentos e outros serviços básicos, que se agrava progressivamente com a insuficiência de investimentos do governo nessas áreas. Um outro fator desse deslocamento é, naturalmente, a guerra (finda, após 27 anos de conflito, em 4 de abril de 2002, com a morte do líder da oposição, Jonas Savimbi, e a posterior assinatura de acordo entre militares do governo, representado pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola -MPLA, e pela União Nacional para a Independência Total de Angola - Unita). Os conflitos armados contribuíam para o abandono das áreas rurais, quer pelos perigos físicos a ela associados, quer pela impossibilidade de cultivo, devido aos deslocamentos constantes e às minas terrestres.

Em meio às soluções dos problemas postos a Luanda pelo seu crescimento desmesurado e anárquico, reside a implantação de uma política urbana para Angola. Como na maior parte dos países da África Austral, e não só, a capacidade do governo para assumir e dinamizar os setores da saúde, educação e habitação, o sistema de transportes e os serviços coletivos urbanos foram, e permanecem sendo, muito inferiores à demanda criada pelos deslocamentos populacionais internos em direção às cidades, em particular a Luanda.

Vários autores e o próprio governo apontam para a extrema dificuldade de atender às necessidades de reconstrução e incremento de todos esses setores sem contar com técnicos, trabalhadores qualificados, administradores experientes e profissionais especializados.

Angola é hoje um país com mais de doze milhões de habitantes e uma taxa de urbanização em torno de 68% deste total somente cerca de quinhentas mil pessoas têm acesso a serviços públicos mais ou menos regulares, uma vez que desde 1980, com a estagnação e desestruturação da economia e com a falência do sistema de abastecimento (controlado e gerenciado pelo governo), os serviços urbanos entraram em colapso e o mercado informal passou a ser tão ou mais importante que os circuitos oficiais da economia.

Não há dúvida de que a manifestação mais aparente da chamada transição para uma economia de mercado é a tendência mais geral para uma informalidade das atividades econômicas, paralelamente à redução de impedimentos administrativos e legais para a expansão de um mercado de preços livres. Este é o momento em que emergem múltiplas formas e redes de relacionamento entre o formal e o informal, o legal e o clandestino.

A forma de funcionamento do sistema econômico angolano não corresponde a uma geração suficiente de empregos assalariados para atender à demanda de postos de trabalho, fazendo com que os desempregados e subempregados recorram a formas bastante criativas, ainda que não menos precárias, de obtenção de rendimentos e/ou de bens de primeira necessidade.

No que se refere ao abastecimento urbano em Luanda, o que se chama de mercado paralelo é, na verdade, composto por mais de uma dúzia de mercados de rua, onde se praticam preços livres, sem contar as vendas de esquina e de porta de casa, que se tornaram práticas cada vez mais comuns, especialmente entre as populações mais pobres. O maior dos mercados é o Roque Santeiro (assim chamado por influência da novela brasileira) que oferece uma enorme variedade de produtos e controla uma grande parte do abastecimento de bens de consumo em Luanda.

Estas práticas e lógicas que permeiam o 'circuito inferior' da economia urbana, utilizando um termo do geógrafo Milton Santos, não são oficialmente reconhecidas, mas não são combatidas, porque representam o verdadeiro circuito econômico que A grande maioria das cidades africanas são filhas do Estado e, ainda permanecem exercendo essa mesma função mesmo no pósindependência, assumindo por vezes a função de instrumento eficaz num enquadramento que se apóia na logística urbana

garante a distribuição e consumo de bens em Angola.

Há um considerável número de estudiosos que acreditam que a solução reside na capacidade de se criar uma política de pequena cidade, permitindo uma distribuição mais equilibrada e racional da população pelo todo nacional.



Roque Santeiro, maior mercado popular de Luanda

Luanda é uma teia de identidades...na teia não há como separar as diversas partes, uma se encaixa na outra para formar o todo e não pode existir fora do seu conjunto. Luanda é isto. Ainda que as identidades existam isoladamente, precisam umas das outras, como espelho ou como contraste, para se manterem e perpetuarem

Devemos estar atentos, porém, para o fato de que mesmo as pequenas cidades podem não corresponder às expectativas de minimizadoras da desmesurada concentração urbana, pois como já afirmou o geógrafo moçambicano Manoel Araújo, não funcionam isoladamente do nível global e não possui todos os recursos necessários para que a gestão descentralizada obtenha os resultados que delas se esperam. Não é possível dissociar o nível local do nacional, ou ainda, do global. Com isso não se está fazendo necessariamente apologia das grandes cidades, nem mesmo afirmando que a descentralização é desnecessária, porém deve-se atentar para estes fatores limitadores de uma ação da qual se esperam soluções imediatas.

Apresenta-se hoje como tendência natural na África, a instalação de pequenas e médias indústrias nas grandes cidades, onde recebem maiores benefícios, como a pouca exigência de capital, a fácil gestão e a proximidade dos consumidores. Para além de descentralizar os inves-

timentos, seria necessário que os Estados se rearranjassem também, pois a grande maioria das cidades africanas são filhas do Estado — cidades que nasceram a partir da instalação do aparelho administrativo nelas e, ainda permanecem exercendo essa mesma função mesmo no pós-independência, assumindo por vezes a função de instrumento eficaz num enquadramento que se apóia na logística urbana.

Podemos constatar que as cidades, mesmo quando criadas pelo Estado, acabam por produzir uma dinâmica local que as faz entrar em contato com seu meio circundante e as leva a se expandirem espontaneamente, tornando-se assim lugares onde ocorrem as transformações sociais.

MULTIPLICIDADES HUMANAS

Se recuarmos a reflexão ao período da proclamação da independência de Angola, poderemos constatar que Luanda foi, e ainda é, o palco dessas transformações. Representado por Agostinho Neto, empossado como primeiro presidente de Angola, o Movimento Popular para a Libertação de Angola assumiu o controle do nascente Estado angolano, e também a difícil tarefa de impulsionar a consolidação do sentimento e da identidade nacional, fazendo com que estes fossem maiores do que outros, como os culturais ou regionais.

Se nação é algo difícil de ser definido ainda mais difícil o é a identidade. Identidade não pode vir no singular, pois nunca é única ou uma só. Identidades, no plural. Dentro de um mesmo país, ou para ir ainda mais longe, dentro da capital do país, coexistem múltiplas identidades culturais, "identidades relacionais".

Luanda é um mosaico de identidades, ou, para usar um termo mais flexível, é uma teia de identidades. Mosaico nos faz lembrar inúmeras peças diferentes, em cor e formato, que quando unidas nos mostram um todo reconhecível, mas é preciso atentar para o fato de que cada peça isoladamente pode não se comunicar com as demais e existir sem elas. Já na teia



No Roque Santeiro encontra-se de tudo - de alimentos a malas de viagem



Luanda, 2004

É impossível saber quantas antenas parabólicas há atualmente em Luanda. Imponente no telhado de uma casa, dependurada na janela de um apartamento, tremulando na tenda de um acampamento, no centro ou na periferia, elas estão por todo lado. Fazem parte da vida do miserável ou do milionário, criam proximidades e abismos, entre uns e outros, entre eles e o mundo. Como o afirmou o geógrafo Milton Santos, nem todos são atores do "tempo real", apesar de poderem acompanhar neste tempo o acontecer de um outro, o ator. A fotografia é de Sérgio Guerra, e faz parte do livro "Parangolá. O paradoxo da redundância", onde o autor produziu diversas imagens em que as antenas parabólicas possibilitam uma preciosa leitura do contexto social atual de Luanda.

não há como separar as diversas partes, uma se encaixa na outra para formar o todo e não podem existir fora do seu conjunto.

Luanda é isto, uma teia. Ainda que as identidades existam isoladamente, precisam umas das outras, como espelho ou como contraste, para se manterem e perpetuarem.

No todo diverso e indivisível das identidades, encontramos mundos que se desenvolvem – em mutação sincronizada com o tempo ou alheia aos destinos do mundo, e isto é que torna interessante a observação: as permanências e as mudanças que o

tempo e os contextos históricos promovem; as adaptações e rearranjos que as culturas encontram para sobreviver.

Em Luanda é possível observar essas permanências, inscritas muitas vezes fora de seus espaços de origem, daquelas que antropólogos só imaginariam encontrar no que muitos designam por "África profunda". E o mundo todo, com seu progresso técnico e mecanizações, trazido por africanos ou não, também está à disposição de quem o puder comprar.

Mucubais do sul de Angola, vestidas como sempre o fizeram, longe dos padrões ocidentais trazidos quer pelo colonialismo, quer pela inserção num circuito mundial, a vender óleo de mupeque (um produto para os cabelos) nas ruas do Alvalade. Operários chineses trabalhando junto com angolanos para a recuperação de um caminho de ferro. Malianos e senegaleses muçulmanos negociam de panos a geradores nos mercados locais. Congoleses cozinham cabrité nos passeios. No Roque Santeiro, uma das maiores feiras-livres de toda a África, é possível encontrar peixeiras "desbocadas" como as descritas por Fernand Braudel quando fala das feiras medievais européias, que, aliás, também conforme essas mesmas feiras, o Roque é subdividido por sessões onde se encontram desde malas de viagem, vestidos para casamento, utensílios para cozinha, ou móveis para casa.

Andando pelas ruas de Luanda, é possível perceber a coexistência da diversidade, identidades unidas nem sempre pelo desejo comum, algumas vezes pelos atropelos da história e das guerras. Estão ali, em convivência diária, intercambiando conheci-

Num país que esteve quarenta anos em guerra, quinze contra o colonialismo e vinte e cinco de guerra civil, podemos notar que esforços têm sido feitos para a aceitação das diferenças, para o convívio das diversidades

mentos e vivências, ultrapassando os limites impostos pelas diferenças, promovendo uma sociedade múltipla e plural.

Num país que esteve quarenta anos em guerra, quinze contra o colonialismo e vinte e cinco de guerra civil, podemos notar que esforços têm sido feitos para a aceitação das diferenças, para o convívio das diversidades. E os esforços não têm sido somente aqueles promovidos pelo Estado, mas muito mais os dinamizados pela população em geral, na medida em que ao se defrontar com o que não é outro, o aceita ainda que não integre.

Temos direito às nossas diversas maneiras de dormir, de comer, de enterrar nossos mortos, de chorar, de amar e de ver a vida: Luanda é atualmente um espaço privilegiado para a observação sobre o sempre árduo exercício da convivência, da tolerância, do partilhar de identidades.

Kelly Cristina Oliveira de Araújo, mestranda do programa de pós-graduação em história social da Universidade de São Paulo. Bolsista CAPES, Pesquisadora da Organização Casa das Áfricas – São Paulo/Brasil,

Religiosidade e

identidades

Luena Nascimento Nunes Pereira

Vamos fornecer um necessário histórico da presença cristã nesta parte da África. Mas incorreríamos num equívoco se considerássemos a religião de uma forma meramente institucional, como mais comumente a entendemos, uma esfera autônoma da sociedade, estruturada em igrejas e outras formas de organização de cultos e de fiéis. A religião na vida africana implica sobretudo um pensamento, uma visão de mundo. Desse modo preferimos a noção de religiosidade, que indica esta característica abrangente da religião, da cosmologia e da orientação moral do homem no mundo e na sociedade, que convive e se amalgama com as identidades religiosas baseadas no cristianismo, no caso angolano

Traçar um breve panorama das religiões na Angola atual é tarefa difícil, pois trata-se de uma realidade complexa e multifacetada, cujo trabalho de campo necessário para a recolha de informações foi, durante muito tempo, quase impossível. Vamos, antes deste incompleto panorama, fornecer um necessário histórico da presença cristã nesta parte da África, pois para tal dispomos de mais fontes, produzidas durante longos períodos de atividade missionária iniciada a partir de fins do século XV. Mas aqui incorreríamos num equívoco se considerássemos a religião de uma forma meramente institucional, como mais comumente a entendemos, uma esfera autônoma da sociedade, estruturada em igrejas e outras formas de organização de cultos e de fiéis.

Lembramos assim que quando falamos de religião em África não nos referimos apenas a sua forma institucional. A religião na vida africana (especialmente no âmbito tradicional, rural, mas não só) implica sobretudo um pensamento, uma visão de mundo e num conjunto de práticas coletivas que abrangem várias dimensões da vida social, organizando o parentesco, orientando as atividades econômicas relacionadas à transformação da natureza, justificando a organização política centralizada na autoridades dos mais velhos, implicando numa ética entre os homens e na sua relação com a natureza, permeando mesmo a expressão artística de uma dada comunidade.

Desse modo preferimos a noção de religiosidade, que indica esta característica abrangente da religião, da cosmologia e da orientação moral do homem no mundo e na sociedade, que convive e se amalgama com as identidades religiosas baseadas no cristianismo, no caso angolano.

O fio que costura todas estas esferas – do político, do econômico, do parentesco, da arte – constitui numa concepção muito presente, embora pouco explícita, por vezes chamada de força vital (v. box), que permeia vivos, antepassados, bem como todos os seres do mundo natural e sobrenatural.

Poderíamos considerar, genericamente, que o "chão" religioso africano repousa na idéia de uma interdependência entre os mundos visível (habitado pelas pessoas vivas e todos os seres da natureza) e invisível (dos antepassados, divindades e do Pré-Existente). Nesta relação, o mundo invisível e mais poderoso, regula a existência humana e a sua continuidade de acordo com as preces, os rituais e a obediência prestados pelas pessoas na terra, especialmente por meio de

religiosas

em Angola

autoridades religiosas como sacerdotes ou chefes de família. No universo religioso africano tradicional, especialmente da área bantu (v. box), na qual Angola se insere, Deus ou o Pré-Existente é visto como um Criador muito distante e inatingível que não pode ser objeto de culto ou adoração. Os cultos em geral são remetidos aos antepassados, ancestrais divinizados ou espíritos da natureza, mediadores poderosos que garantem a continuidade e o bem-estar daqueles que corretamente lhes prestam homenagens. Assim se completa a relação de troca e prestações entre divindades e homens.

Seja por sua antigüidade, seja por serem concepções abrangentes que organizam e dão sentido à comunidade, à família, ao trabalho coletivo, à relação entre os homens e aos hábitos e ações do cotidiano, a religiosidade africana não foi esquecida com a cristianização. Compreender a religiosidade africana e a presença cristã no continente em geral, e nesta parte da África em particular, implica compreender como o cristianismo encontra pontos de contato e de divergência com este universo anterior e com ele se amalgama.

O CRISTIANISMO EM ANGOLA

O cristianismo na maior parte da África foi introduzido e expandido



Fiéis em frente à igreja evangélica de origem brasileira "Universal do Reino de Deus", em Luanda

A concepção de força vital diz respeito a um tipo de energia ou substância cósmica emanada pelo Criador e que está em constante movimento. Esta força rege e harmoniza todos os seres num sistema hierárquico de maior para menor energia. É esta hierarquia que posiciona o Criador ou o Pré-Existente (princípio gerador do mundo e dos seres, em alguns grupos étnicos angolanos chamado de Nzambi) no ápice desta ordem e dispõe espíritos, gênios e antepassados, humanos, animais, vegetais e minerais. Todos os seres, portanto, contêm alguma fração da força vital emanada pelo Pré-Existente. Esta concepção, encontrada em muitas sociedades africanas apesar da grande variedade de concepções e sistemas religiosos, foi durante muito tempo chamada de animismo, o que é uma designação equivocada, pois a concepção de que seres e coisas contém "alma" não é bem adequada a esta visão de mundo.

pela colonização européia a partir de finais do século XIX. Entretanto em Angola o contato com a doutrina cristã é mais antigo e remonta a finais do século XV com a chegada de navegadores portugueses à foz do Rio Congo. Era a região do Reino do Congo que hoje é o norte de Angola, sudoeste da República Democrática do Congo e sul da República do Congo. Deste encontro resultou tanto o comércio que degenerou no tráfico escravista como a cristianização do rei do





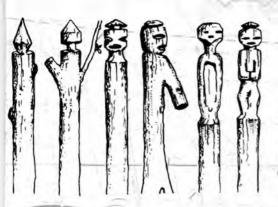


Congo, da nobreza congolesa e dos súditos do reino.

A cristianização do Reino do Congo foi vista por muitos estudiosos como o começo da colonização e dominação européia na África ou como um processo superficial de influência cultural que não teria resultado numa 'verdadeira' conversão dos africanos. Talvez este evento não tenha sido nem uma coisa nem outra. Mas o fato é que o cristianismo nesta parte da África tem uma história de quinhentos anos. Esta história representa tanto a antigüidade e a profundidade da presença européia em Angola, como a capacidade dos africanos de absorver e transformar o cristianismo de acordo com sua própria lógica, sua cultura, suas próprias instituições e interesses, na medida do possível.

A presença portuguesa em Angola, desde o comércio escravista (com a ocupação da região de Luanda e seu interior próximo nos séculos seguintes), constituiu-se como indissociável da Igreja Católica e do projeto de cristianização dos africanos. No período colonial propriamente dito (sécs. XIX e XX), o catolicismo transformou-se num dos pilares do nacionalismo português que sustentava a ideologia da dominação colonial. O 'chão' religioso africano repousa na idéia de uma interdependência entre os mundos visível e invisível.
O mundo invisível e mais poderoso regula a existência humana e a sua continuidade de acordo com as preces, os rituais e a obediência prestados pelas pessoas na terra, especialmente por meio de autoridades religiosas como sacerdotes ou chefes de família

Esta relação simbiótica entre Portugal e a Igreja Católica confrontouse com os acordos da Conferência de Berlim (1884-85) que obrigaram as potências coloniais a abrir o espaço colonial a todas as confissões religiosas de qualquer nacionalidade. É desta época a entrada de missões protestantes em território angolano. Estas missões tinham um acordo tácito de não ocupar uma área já pretendida por outra igreja. Configurou-se assim uma divisão regional das igrejas protestantes em Angola. A missão batista, de origem







Esculturas antropomórficas e máscaras angolanas

inglesa, ocupou o norte do país, de etnia baconga. A área da capital e seu interior, de predominância ambunda, recebeu a Igreja Metodista americana. A Igreja Congregacional, de origem americana e canadense, fixouse no planalto central, entre os ovimbundus. Outras igrejas e pequenas missões, de origem européia ou americana, também se instalaram ao longo do século XX.

Bantu é uma expressão da lingüística que designa a quase totalidade das populações de todo o sul da África, desde o Camarões até a África do Sul. O radical ntu, encontrado na maioria das línguas desta região da Africa, designa pessoa, homem. Ba é o prefixo de plural. Bantu, portanto, significa povo, pessoas. A semelhança entre as línguas da maioria dos povos Bantu induz a percepção de que alguns elementos culturais de base são também comuns entre estes povos, tais como concepções religiosas, técnicas agrícolas, formas de organização social e de parentesco, a despeito de uma imensa variedade de grupos étnicos, lingüísticos e distintas formacões políticas.

Inicialmente a atuação das igrejas, seja protestante seja católica, tinha por base ideológica o projeto de 'civilização dos povos colonizados, profundamente inserida dentro do projeto colonial mais amplo. Todavia, o ensino missionário em língua materna e a prática característica do protestantismo de livre interpretação da Bíblia, estimulando a alfabetização e a autonomia da aprendizagem, foram aspectos a diferenciar a ação missionária protestante da católica, no caso angolano. O ensino e o proselitismo protestante instigaram a formação de uma elite intelectual e religiosa que deu origem a um setor importante do movimento de contestação nacionalista e anticolonialista.

Apesar da participação das igrejas protestantes e de religiosos, tanto protestantes como católicos, nas organizações africanas de luta pela independência (principalmente a partir de meados do século XX), ambas as confissões obedeceram ao imperativo colonial de 'civilizar', no qual a postura de rechaçar e desprezar as culturas nativas, sobretudo na sua dimensão religiosa, era semelhante. Prova da relação entre igrejas e colonização foi a emergência, ao longo de todo o século XX, de movimentos religiosos na Africa (especialmente fortes na África do Sul e na África Central) que influenciaram Angola de forma importante. Nestes movimentos, africanos cristianizados edificaram sistemas religiosos originais que conjugavam de diversas formas elementos do sistema cristão e da cosmologia tradicional. Os movimentos religiosos, também chamados de messiânicos (v. boxe), envolveram aspectos de afirmação cultural e renovação religiosa que incluíram a contestação à política colonial, mobilizando grandes setores da população africana, especialmente na área rural.

Os movimentos religiosos resultaram na criação das chamadas Igrejas Independentes Africanas, igrejas geralmente de matriz cristã, mas que abrigam diversos elementos de religiosidade africana, com uma organização institucional autônoma.

Os principais movimentos religiosos que atingiram Angola foram o quimbanguismo, surgido em 1921 no Congo Belga (atual República Democrática do Congo), liderado pelo profeta Simão Kimbangu, e o Tocoísmo, liderado pelo profeta Simão Toco, um angolano residente no Congo Belga, desde 1949. Este movimento religioso nacionalista teve penetração em todo O messianismo caracterizase por ser um movimento religioso e social que tem por base a crença messiânica da transformação do mundo para a instauração do paraíso na terra, sinalizando a chegada do messias e o fim dos tempos. A instauração do paraíso na terra será operada por um salvador, o messias. O messianismo, portanto, torna necessária a mobilização social, assumida por um líder carismático, por vezes um profeta, a fim de preparar o povo para a espera ou a edificação dos novos tempos. No messianismo africano, o sinal dos novos tempos estava associado à libertação dos povos africanos do jugo colonial.

o território angolano após a prisão e deportação de Simão Toco e seus seguidores para Angola, durante o período colonial. A contestação política popular de base religiosa foi um aspecto importante dos movimentos nacionalistas em Angola.

AS IGREJAS NA ANGOLA ATUAL

É muito difícil fazer qualquer estimativa sobre a adesão religiosa atualmente em Angola, levando em consideração a expansão das igrejas nos últimos quarenta anos. Apesar da ação desencorajadora do Estado na primeira década da independência, cujo governo era de orientação marxista, este passou a reconhecer parte das igrejas que atuavam em solo angolano a partir do início dos anos de 1980. A década seguinte dói marcada pelo crescimen-

to das igrejas protestantes, sobretudo da linha pentecostal.

Não se sabe se o crescimento pentecostal tem sido feito em detrimento dos católicos ou incide de forma importante sobre os não-cristãos. A expansão da Igreja Católica (v. boxe) - a maior igreja em Angola, presente, efetivamente, em todo o território há décadas - faz crer numa diminuição dos praticantes das religiões tradicionais, do mesmo modo que a urbanização (hoje em torno de 50%) também contribui neste processo. Evidentemente, não estamos considerando um abandono de práticas religiosas tradicionais como condição para a adesão às religiões cristãs.

A crer nos censos religiosos da década de 1960, como em estimativas mais recentes, Angola é o país



Culto Batista, Luanda

A cristianização do Reino do Congo foi vista como um processo superficial de influência cultural... o cristianismo nesta parte da África tem uma história de quinhentos anos que representa tanto a antigüidade e a profundidade da presença européia em Angola, como a capacidade dos africanos de absorver e transformar o cristianismo de acordo com sua própria lógica, sua cultura, suas próprias instituições e interesses, na medida do possível

> A Igreja Católica, apesar do seu passado como braço do sistema colonial português nunca perdeu sua influência e presença substancial na sociedade angolana. Porém, teve que se transformar profundamente desde a independência de Angola. A sua 'africanização' mudou a face da Igreia Católica, aproximando-a dos fiéis, formando sacerdotes angolanos como também nacionalizando seus interesses, de modo a assumir hoie um papel muito destacado na organizacão da sociedade civil e na denúncia dos desmandos cometidos contra as populações durante a guerra recém-terminada. A Igreja Católica é hoje a instituição civil mais respeitada e atuante em Angola.

mais católico da África continental, com mais de 50% de fiéis. Os referidos censos indicavam uma cristianização de 68%, com taxas mais altas nas províncias do Norte (Cabinda, Zaire e Uíge) com quase 100% de cristãos.

As igrejas protestantes são hoje numerosas. Às já referidas igrejas, presentes no país desde fins do século XIX, e no século XX (Assembléia de Deus, Exército da Salvação e outras) acrescem as várias igrejas pentecostais e neopentecostais como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Deus é Amor (de origem brasileira), Maná (de origem portuguesa), e uma infinidade de igrejas, de pequeno ou médio porte, seja de origem americana, brasileira, angolana ou congolesa, algumas ultimamente com grande expansão.

A influência das igrejas brasileiras é notável. A presença de um enorme templo da IURD em um dos bairros mais chiques de Luanda dá a medida de uma igreja que se expande para todas as classes e grupos sociais.

A influência da República Democrática do Congo sobre o quadro religioso angolano se faz ainda mais presente do que no período colonial. O fenômeno da emigração de igrejas do Congo para Angola parece caminhar no passo da emigração dos congoleses para Luanda e do retorno dos angolanos exilados do Congo para Angola. Muitas das igrejas do Congo abrem em Angola suas 'filiais' neopentecostais ou proféticas. As igrejas proféticas são uma variação das igrejas neopentecostais que apresentam concepções, práticas e rituais de origem africana.

Das já referidas 'igrejas independentes' advindas dos movimentos religiosos, a tocoísta e a kimbanguista (a maior das igrejas independentes africanas) são as mais frequentadas.

O islamismo tem em Angola uma adesão muito reduzida. Sua cliente-la é, na maior parte, de imigrantes de países de predominância muçulmana, tais como libaneses, senegaleses, malianos e outros, ligados às atividades do comércio. O islamismo, ao contrário do que se observa nas regiões norte ocidental e oriental de África, historicamente não teve expressão em Angola e é pequena na região da África Central.

As religiões 'tradicionais' parecem ter especialmente no meio urbano um lugar marginal. Contudo, da mesma forma chamamos atenção para a convergência de símbolos e valores entre sistemas religiosos africanos tradicionais e cristãos, subsiste intensamente uma visão de mundo anterior amalgamada às crenças e às práticas cristãs. Assim, fenômenos como acusação de feitiçaria, rituais de cura e purificação, além de práticas inspiradas na relação com os antepassados, estão muito presentes no atual campo religioso angolano, tanto de forma separada, independente ou concorrente ao cristianismo, como dinamicamente incorporadas ao sistema cristão, como no caso das igrejas proféticas e neopentecostais.

9

Luena Nascimento Nunes Pereira, doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo.

Ivone Gebara

Somos todos livres

Todos nós sabemos disso. No entanto é tão difícil aceitar esta verdade! É tão duro aceitar esta mistura! Queremos fugir dela, esquecê-la e até negá-la de alquma forma.

Vivemos sonhando com seres perfeitos e com a terra sem males; vivemos construindo utopias e imaginando uma felicidade sem fim para todos nós, como se não fôssemos o que somos.

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

Ah! Como seria bom se pudesse ser diferente! A gente até pensa e luta querendo que seja diferente. E, se não fosse esse sonho insistente e recorrente do diferente, do justo e do belo não seríamos o que somos.

Este sonho que mora em nós é fruto da desproporção entre nossa realidade e nosso desejo. Sem ela nenhuma busca de dignidade, de justiça, de solidariedade seria possível.

Se não fosse essa duplicidade vivendo em nós nenhuma jura de amor aconteceria, nenhum poema de esperança se esboçaria, nenhuma saudade habitaria o coração.

Se não fosse esta desproporção do desejo, nenhum Quixote sairia de sua casa a lutar contra moinhos de vento, nenhuma Dorothy Stang apostaria pela vitória da justiça em terra de grileiros e assassinos, nenhuma Maria fugiria na calada da noite protegendo o filho dos assassinos que a espreitavam de longe.

Se não fosse esta desproporção escandalosa do desejo humano, nunca estaríamos sempre de novo, de noivado com a vida, apaixonadas, preparando até grinaldas de flor de laranjeira depois das guerras e dos tsunamis.



Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

Nos momentos em que celebramos a libertação, mesmo precária, de uma dominação qualquer, a gente esquece que a sombra da dominação sempre nos ronda, nos acompanha, nos persegue, nos espia... Uma dominação de muitos jeitos, de muitos nomes de muitas formas. Uma dominação de poderes da matéria e de poderes do espírito. Uma dominação branca, negra, vermelha, listada, quadrada, estrelada... Uma dominação sexuada, armada, mal amada... Uma dominação que nasce em mim, nasce em ti, nasce de nós... Mal brindamos a vitória, já é preciso se proteger contra novos ataques.

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

Frágil vitória! Frágil liberdade! Frágeis, somos nós!

Nossa precária libertação é apenas suficiente para aguçar o 'quero-mais', para servir de aperitivo ao desejo de justiça, de preâmbulo ao encontro de amor, de mote para a canção do violeiro, de motivo para

escravos



caminhar um pouco mais e depois entregar a tocha, talvez semi-apagada, à geração seguinte.

A precária libertação serve para levar-nos a cantar bem baixinho ou com os pulmões cheios de ar: "Virá o dia em que todos, ao levantar a vista veremos nesta terra brilhar a liberdade"...

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

A dominação, a escravidão, a concorrência, a manipulação, o terror e a tirania rondam nossas casas, nossos corpos, nossos corações... Nos espreitam, nos tentam como se também quiséssemos sempre roubar a comida que não é nossa, a terra do outro, o petróleo, as pedras preciosas, a água que corre livre na terra de todos. Nos apressamos em plantar estacas, em colocar o arame farpado e gritar: "isto é meu"!

É como se estas paixões não nos dessem tempo de ser livres de sua presença; é como se mal suportassem nossa festa, nosso vinho partilhado, nossas danças de roda; é como se não quisessem ficar no esquecimento. Levantam-se, erguem-se contra nós, voltam a nos atormentar como velhos demônios que conhecem sua moradia.

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

Estes demônios estão em nós. Somos nós, os posseiros de passagem, os passageiros do trem das onze, os cativos de nós mesmos. Estes demônios perversos e gananciosos também vivem em nós. São a nossa carne cotidiana! São nossas ações e nossa política, são nossa fé e nossa religião, contaminados pela ganância que vive em nós. Por isso, é preciso ter muita fé, capaz de mover montanhas, para ser capaz de recusar a força da tentação, para dizer-lhe desde o mais íntimo de nós que "nem só de pão vive a humanidade!"

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

Todos nós comemos desde o princípio da arvore do bem e do mal. Ela estava lá no Paraíso, bonita, apetitosa e proibida.

A árvore não era só do bem e não era só do mal. Era do conhecimento do bem e do mal. Dava um fruto especial; doce e azedo ao mesmo tempo, bom e ruim ao mesmo tempo. Parecia belo e aprazível ao paladar. Era atraente e irresistível aos olhos. Era cobiçado pelo desejo e dividido pelo desejo. Era nosso e da serpente. Era nosso e de Deus. Estava em nós e fora de nós. Estava fora de nós e em nós.

Todos nós, mulheres e homens comemos deste fruto desde o princípio. O fruto se tornou nosso corpo, tão nosso quanto o barro de que fomos feitos e tão íntimo quanto o sopro criador que nos habita.

E o fruto, transformado em nossa carne e nosso sangue, nos fez livres e escravos ao mesmo tempo!

Recordando em grandes linhas este belo mito do Gênesis tomamos consciência da realidade misturada que somos. Nossa condição é de estar sempre desejando e sofrendo por nosso desejo. Nossa condição é trabalho e dor para deixar a terra povoada com nossa descendência sempre misturada de coisas boas e menos boas.

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

É nessa condição que acordamos uns para os outros e nos dizemos: você é carne de minha carne, você é osso dos meus ossos, você é o mesmo ar que respiro, você é a mesma água que bebo, você é a canção que vive em mim.

Você é o fruto que me nutre, o mel que me adoça, o sal que me salga. Você é a luz que brilha em mim e a escuridão que me adormece e acolhe.

Você é a estrela-guia, a lua cheia, a maré alta, o peixe bom, a areia dourada em que repousa meu corpo.

"Eu sem você não sou ninguém"...

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

Por isso é preciso vigiar...

Vigiar os demônios que moram em nós, para que não saiam embriagados por sua força e nos destruam, para que não tomem conta da beleza que nos habita, da força de atração que nos leva ao outro, do carinho que nos move as entranhas, do conhecimento que faz progredir o mundo.

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

Conviver com nossos demônios, eis o desafio que nos é lançado! Não se trata do demônio dos outros, mas daquele que vive em nós.

Conviver com os demônios significa que não é possível viver sem eles. Não seríamos a maravilha que somos em criatividade e ternura se os demônios não nos habitassem. Mas, não podem tomar todo o lugar, não podem dividir a casa e se apossar de todos os espaços.

Há que aprender a conviver com seus demônios e não permitir que nos enlouqueçam, que nos derrubem ao chão, que devastem nossas matas, que poluam nossos rios, que cuspam inseticida em nossa comida, que dominem com suas técnicas nosso corpo e nossa mente.

Há que conviver com seus demônios... Meus demônios são meus: minha riqueza e minha pobreza, minha razão e minha destruição, meu amor e meu ódio. Meus demônios, irmãs e irmãos siameses de meus anjos! Sempre inseparáveis embora aparentemente em combate mortal...

Somos todos livres e escravos ao mesmo tempo!

É nossa condição, a condição dos egressos do Paraíso, dos saudosos de Paraíso, dos profetas e profetisas do Paraíso. Saímos do Paraíso e não do inferno.

Nascemos da agregação, daquela que não cedeu à destruição. E por isso somos eternamente marcados por um sonho: o sonho de sempre de novo ver uma flor nascer no impossível/possível CHÃO.

José Eduardo Agualusa

Fradique Mendes e o dia das bruxas

"No dia ditoso em que o Brasil, por um esforço heróico, se decidir a ser brasileiro, a ser do Novo Mundo - haverá no mundo uma grande nação". escrevia em 1888 Fradique Mendes a Eduardo Prado: "Os homens têm inteligência; as mulheres têm beleza - e ambos a mais bela, a melhor das qualidades: bondade. Ora uma nação que tem a bondade, a inteligência, a beleza (e café, nessas proporções sublimes) pode contar com um soberbo futuro histórico, desde que se convença que mais vale ser um lavrador original, do que um doutor mal traduzido do francês". Se substituirmos a palavra francês por inglês a frase continua, infelizmente, tão actual quanto há um século.

Lembrei-me da brilhante observação de Fradique ao ler uma notícia recente - uma estranha notícia - sobre um próspero empresário português procurado pela polícia após afugentar a tiro um grupo de crianças. O empresário terá sido abordado à porta de casa, num condomínio de luxo no Rio de Janeiro, por quinze meninos disfarçados de magos e fantasmas. Os garotos pretendiam comemorar o Dia das Bruxas, festa tradicional nos Estados Unidos, que os comerciantes brasileiros estão a tentar impor em todo o país. Ao pedido das crianças, "Balas (bombons) ou um susto", o empresário puxou de uma pistola:

— Querem balas? Pois vão ter balas!...

E tendo dito isto disparou vários tiros para o ar. É caso para se dizer que se virou o feitiço contra o feiticeiro - as falsas bruxinhas, coitadas, levaram as balas e o susto. Confesso, embora com isso me arrisque a horrorizar os leitores, que compreendo a atitude do empresário. Talvez seja essa a única forma de resistir à americanização do mundo (e do Brasil em particular). Talvez cada um de nós devesse puxar de uma pistola e disparar para o ar sempre que em Lisboa ou no Rio de Janeiro se inaugura uma loja de comida rápida, numa afronta contra aquilo que é uma das bases de toda a civilização lusófona e afro-latina: a culinária apurada e vagarosa, pretexto para o encontro, o riso, o pensamento. Talvez cada um de nós devesse puxar de uma pistola e disparar para o ar sempre que certas pessoas tomam a palavra - políticos, empresários, actores, portugueses, africanos e brasileiros —, de forma a espantar os anglicismos supérfluos com que estes nos desfeiam a língua. Talvez a tiros de pistola para o ar fosse possível correr com a estúpida burguesia que no Brasil se esforça por destruir tudo o que aqui é brasileiro; já os vejo, em multidão, pedindo asilo político na Disneylândia.

E, sim, talvez exagere. Perdoemme se exagero. O que eu queria, simplesmente, repetindo outra vez Fradique Mendes, "era um Brasil natural, espontâneo, genuíno, um Brasil nacional, brasileiro, e não esse Brasil, que eu vi, feito com velhos pedaços de Europa (e agora, poderíamos acrescentar, dos Estados Unidos), levados pelo paquete e arrumados à pressa, como panos de feira entre uma natureza incongénere, que lhe faz ressaltar mais o bolor e as nódoas."



Uma família brasileira

Entre os projectos que jamais realizarei está o de um guião para uma telenovela brasileira. Não seria uma qualquer telenovela, atenção! a minha transportaria para as telas o verdadeiro sonho secreto do povo brasileiro. A acção estaria centrada numa família nordestina, muito pobre, que emigra para o Rio de Janeiro no princípio dos anos 1990. O pai, Paulo Silva, o Paulão, preto retinto, ganha a vida como vendedor ambulante. Gosta de samba, cerveja e futebol. A mãe, Maria Silva, Dona Malóca, preta retinta, trabalha como empregada doméstica. Frequenta o candomblé. Têm, vamos supor, dois filhos, Márcia e Márcio, pretos retintos, que não fazem coisa alguma (Márcio, de vez em quando, fuma um baseado). Então, certo dia, Paulão consegue algum dinheiro no Jogo do Bicho e a família muda-se para um pequeno apartamento na Barra da Tijuca. Já não são pretos retintos - estão nessa altura quase mulatos. Paulo Silva abre uma loja de roupa desportiva num Centro Comercial. Maria Silva passa a frequentar uma academia de ginástica. Márcio e Márcia não fazem coisa alguma. Então, certo dia, o Doutor Paul Silva, mestiço claro, quase branco, ganha uma pequena fortuna na lotaria e a família muda-se para um outro apartamento, muito maior, no topo de um prédio em São Paulo. Mary Silva, que tem agora uma deslumbrante cabeleira loira e seios novos, frequenta as co-

lunas sociais. Márcia e Márcio não fazem coisa alguma (cheiram cocaína). Então, certo dia, o doutor Paul de Silva ganha uma enorme fortuna na bolsa e a família decide emigrar para Miami. São todos loiros, de olhos muito azuis, e falam inglês uns com os outros (embora com sotaque brasileiro). O doutor Paul de Silver I é um próspero empresário na área das novas tecnologias. Mary de Silver, Lady Silver, que colocou uma nova prótese de silicone nos seios, vai de quando em vez a São Paulo, ou ao Rio de Janeiro, para divulgar a marca de perfumes que tem o seu nome. Aparece muito na televisão, ao lado de Vera Loyola e Paulo Coelho, e fala mal do Brasil ("um país que só tem crioulo não pode dar certo"). Comenta-se que, quando jovem estudante de História de Arte, em Paris, foi amante de Ayrton Senna. Márcia tem um filho com Leonardo di Caprio. Uma noite, porém, de visita ao Rio de Janeiro, é assaltada por um marginal, nordestino, preto retinto, e morre. Os pais e a irmã, desgostosos, naturalizam-se americanos, passam a frequentar uma Igreja Metodista, e esquecem o país de origem. Paul de Silver I é eleito governador de Nova Iorque. Lady Si aumenta ainda mais os seios e reduz a bunda. As crianças costumam confundi-la com a Barbie. Márcio casase na Holanda com o Príncipe do Mónaco. São todos muito felizes. Fim. Isto é, The End.



José Eduardo Agualusa nasceu na cidade de Huambo, em Angola, em 1960. Surgido na década de 90 como um dos nomes de ponta da nova literatura africana (romancista, contista, poeta) em língua portuguesa e um dos autores mais importantes surgidos em Angola na última década, Agualusa recebeu diversos prêmios importantes (como o Grande Prêmio de Conto da Associação Portuguesa de Escritores). Escritor e jornalista, Agualusa colabora com jornais em Lisboa e Luanda e já teve seus livros traduzidos em diversas línguas. Agualusa já morou no Brasil por algumas temporadas; esteve no País recentemente para lançar o livro de contos Manual Prático de Levitação (Editora Gryphus).

TEMPO PRESENÇA Nº 340 março/abril de 2005

Para superar a violência

A DÉCADA PARA SUPERAR
A VIOLÊNCIA É UMA
GRANDE CONVOCAÇÃO
PARA QUE AS PESSOAS
DE BOA VONTADE E
INSTITUIÇÕES SE UNAM
MEDIANTE A DIGNIDADE
HUMANA PARA O RESGATE
DO PROFETISMO BÍBLICO:
"A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A
PAZ" (ISAÍAS 32,17).



No final de março foi lancado em Salvador o Prêmio e a 1ª Conferência Jaime Wright de Promotores da Paz e dos Direitos Humanos. O evento foi realizado na Faculdade 2 de Julho e contou com a presença de cerca de 250 pessoas, entre elas autoridades civis e religiosas, acadêmicos e estudantes. O objetivo do Prêmio Jaime Wright é incentivar uma cultura de paz na sociedade. A Cese fará uma pré-seleção das entidades e personalidades que se destacam na luta pelos direitos humanos e os vencedores serão escolhidos por uma comissão, formada por membros da Fundação 2 de Julho e do Cebic. A premiação será realizada no dia 1 de julho.

Instituições religiosas e entidades ecumênicas como Cesep, Cese, Conic e Koinonia reuniram-se em Londrina de 17 a 19 de março para a Assembléia Regional do Clai (Brasil). Um dos resultados do encontro foi o encaminhamento de duas cartas ao

Presidente Lula. O primeiro documento Manifesto pela vida contra a violência destaca a reação rápida do Estado ao assassinato da freira Dorothy Stang no Pará, mas ressalta que a violência é um problema estrutural que precisa ser enfrentado. O manifesto reivindicou medidas para superar a violência e a impunidade.

Já o segundo documento Krahô-Kanela: Manifestação ao presidente da república pede uma solução ao assentamento do povo indígena Krahô-Kanela que foi expulso de suas terras no Tocantins.

O Ceca promoverá no mês de junho em Porto Alegre o 7° Curso Ecumênico de Pastoral Popular – 2005. Serão realizados debates, oficinas e visitas a experiências de organização social. O curso é voltado para agentes e lideranças das pastorais e dos movimentos sociais e será desenvolvido entre 23 e 26 de junho.

Informações pelo telefone (51) 568-2548 ou por e-mail: ceca@ceca-rs.org. Uma das iniciativas da Campanha da Fraternidade realizada entre 9 e 27 de fevereiro foi a criação de um Fundo Ecumênico de Solidariedade. O fundo, administrado pelo Conic, Cese e Cáritas Brasileira, foi constituído com 40% das doações feitas para a campanha. Os recursos do fundo para financiar projetos relacionados à educação pela paz, cidadania e direitos humanos. A Cese e a Cáritas Brasileira selecionarão os projetos que serão beneficiados pelo fundo.

O Fe Brasil, fórum do qual participam Cese, Cesep, Clai, Conic, Koinonia, entre outras entidades ecumênicas, divulgou em fevereiro uma carta chamada Repúdio a mais essa violência. A carta expressa a posição das entidades sobre o assassinato da freira Dorothy Stang em Anapu (PA) e reivindica providências urgentes pela paz na região. Além da punição dos responsáveis pelo crime, o Fe Brasil encerrou o documento pedindo que o Brasil não desista do sonho de um futuro melhor, com

reforma agrária e política agrária para todos e todas.

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, 300 mulheres se encontraram na cidade de Belém do São Francisco, localizada no sertão pernambucano. O grupo participou de oficinas, promovidas por Koinonia, para discutir saúde e direitos e plantar árvores nas margens do rio São Francisco como um pedido de revitalização do rio.

SIGLÁRIO

CEBIC – Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristás
CECA – Centro Ecumênico
de Evangelização, Capacitação e Assessoria
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CLAI – Conselho Latino-Americano de Igrejas
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristás do Brasil
FE BRASIL – Fórum Ecumênico Brasil
KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Índice de Tempo e Presença 2004

AUTORES

- ALMEIDA, Ester. Gênero: vulnerabilidades, saúde reprodutiva, sexualidade. 26(336): jul./ago., 14-16.
- ALMEIDA, Tercio Paulo de. Gênero, sexualidade, religião. 26(336): jul./ago., 20-22.
- ARANTES, Esther Maria de M. Aos adolescentes, o inferno. 26(336): jul./ ago., 26-28.
- ASCELRAD, Gilberta. Política antidrogas: impactos na ação educativa. 26(337): set./out., 14-17.
- BATISTA, Vera Malaguti. Informação, desinformação e contra-informação. 26(337): set./out., 7-10.
- BELTRAME, Ideraldo Luiz. Violência de gênero: implicações na saúde reprodutiva. 26(336): jul./ago., 11-13.
- BERNHARD, P. Rui. Presença Ecumênica no FSM 2004. 26(333): jan./ fev., 23-24.
- BITTENCOURT FILHO, José. Da dissidência à profecia. 26(334): mar./ abr., 36-40.
- BOTAS, Paulo. *Cuba só libre!*. 26(334): mar./abr., 32-35.
- BURGER, Adriana F.; CASTRO, André Luís M. de. A defensoria Pública Brasileira: um retrato. 26(338): nov./dez., 14-16.
- BURLANDY, Luciene. O combate à pobreza no cenário brasileiro – interfaces com a segurança alimentar e nutricional. 26(335): maio/jun., 17-20.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e o golpe militar de 1964. 26(334): mar./abr., 23-31.

- CASARA, Rubens R. R. O direito é a Lei do mais fraco. 26(338): nov./dez., 7-9.
- CAVA, Ralph Della. Protestantismo mundial: o "novo" consenso emergente, 26(335): maio/jun., 27-36.
- CESAR, Waldo. Igreja e sociedade uma experiência ecumênica. 26(334): mar./abr., 7-14.
- CIPRIANI, Gabriele. O primeiro FSM no Oriente. 26(333): jan./fev., 29.
- DELGADO, Ignacio Godinho. A Política Econômica do Governo Lula na Perspectiva Empresarial. 26(333): jan./fev., 33-37.
- FIGUEIREDO, André Luiz Videira de. O Ministério Público: entre o direito e a política. 26(338): nov./dez., 10-13.
- FRAGA, Paulo César Pontes. Notas sobre a institucionalidade do tráfico. 26(338): nov./dez., 31-35.
- GEBARA, Ivone. Drogas: um mal, um bem! 26(337): set./out., 27.
- _____. Gênero: uma questão de honra? 26(336): jul./ago., 23-25.
- _____. Pobreza: um mote nordestino. 26(335): maio/jun., 24-26.
- _____. O que há de novo?. 26(334): mar./abr., 41-43.
- _____. Uma certa Boa-Nova... 26(333): jan./fev., 30-32.
- _____. As vias tortuosas do direito. 26(338): nov./dez., 27-30.
- GUALBERTO, Marcio Alexandre M. O direito à comunicação na sociedade da informação. 26(338): nov./dez., 17-19.
- HOORNAERT, Eduardo. A igreja da resistência em Recife. 26(334): mar./ abr., 15-22.

- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Ecos da Colômbia: por uma política de drogas. 26(337): set./out., 24-26.
- _____. Índia: Terra do Zinzabahd construindo alternativas. 26(333): jan./fev., 7-11.
- KOGA, Dirce. Medidas de cidade para inclusão social. 26(335): maio/jun., 10-12.
- KOINONIA. O Fórum num caldeirão de culturas de Ásia. 26(333): jan./fev., 6.
- _____. Koinonia: resistência e esperança. 26(334): mar./abr., 6.
- _____. Menino ou menina? 26(336): jul./ago., 6.
- _____. Outras luzes da cidade. 26(335): maio/jun., 6.
- _____. Sobre jornadas e encontros. 26(338): nov./dez., 6.
- _____. Solidariedade como desafio à realização da condição humana. 26(337): set./out., 6.
- LEHER, Roberto. *Ideologia da pobreza e governabilidade*. 26(335): maio/jun., 7-9.
- MAGALHÃES, Rosana. A pobreza na agenda pública no Brasil. 26(335): maio/jun., 13-16.
- MENEZES, Francisco. (In)Segurança Alimentar e Nutricional. 26(335): maio/jun., 21-23.
- MOREIRA, Érika Macedo. Polígono da maconha: exigência do plantio. 26(337): set./out., 18-23.
- NASCIMENTO, Fátima. Comércio para o povo, não o povo para o comércio. 26(333): jan./fev., 19-22.
- PEREIRA, Amauri Mendes. História e cultura afro-brasileira: parâmetros e desafios. 26(337): set./out., 30.

- RENAP. Rompendo cercas. Por um novo Direito. 26(338): nov./dez., 20-26.
- SADER, Emir. Lições da Venezuela. 26(336): jul./ago., 32-33.
- SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero: saberes e sabores a interrogar a vida e a teologia. 26(336): jul./ago., 7-10.
- SANTOS, Maria Cecília dos. "E a luta continua..." a política indigenista do Governo Lula. 26(335): maio/jun., 37-41.
- SANTOS, Nilton Silva dos. Desde que o samba é samba é assim? 26(338): nov./dez., 36-40.
- SERRA, Ordep. Do mundo em Mumbai. 26(333): jan./fev., 25-28.
- SILVA, Jailson de Souza e. Incluídos no mercado, excluídos da vida: criança e adolescentes no tráfico. 26(337): set./out., 11-13.
- SILVA, Sergio Gomes da. *Madame Satã:* do profano ao sagrado. 26(336): jul./ago., 29-31.
- SOUZAS, Raquel. Violência de raça e gênero: a materialidade do racismo. 26(336): jul./ago., 17-19.
- ZANETTI, José Carlos. Índia uma crônica em um bilhão. 26(333): jan./fev., 12-18.

TEMAS

ADOLESCENTE - DIREITO

ARANTES, Esther Maria de M. Aos adolescentes, o inferno. 26(336): jul./ago., 26-28.

DIREITO - JUSTIÇA

- BURGER, Adriana F.; CASTRO, André Luís M. de. A defensoria Pública Brasileira: um retrato. 26(338): nov./ dez, 14-16.
- CASARA, Rubens R. R. O direito é a Lei do mais fraco. 26(338): nov./dez., 7-9.
- FIGUEIREDO, André Luiz Videira de. O Ministério Público: entre o direito e a política. 26(338): nov./dez., 10-13.
- GUALBERTO, Marcio Alexandre M. O direito à comunicação na sociedade da informação. 26(338): nov./dez., 17-19.
- RENAP. Rompendo cercas. Por um novo Direito. 26(338): nov./dez., 20-26.

CUBA

BOTAS, Paulo. *Cuba só libre!* 26(334): mar./abr., 32-35.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

PEREIRA, Amauri Mendes. História e cultura afro-brasileira: parâmetros e desafios. 26(337): set./out., 30.

DROGAS

- ASCELRAD, Gilberta. Política antidrogas: impactos na ação educativa. 26(337): set./out., 14-17.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Informação*, desinformação e contra-informação. 26(337): set./out., 7-10.
- FRAGA, Paulo César Pontes. Notas sobre a institucionalidade do tráfico. 26(338): nov./dez., 31-35.
- GEBARA, Ivone. Drogas: um mal, um bem! 26(337): set./out., 27.
- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Ecos da Colômbia: por uma política de drogas. 26(337): set./out., 24-26.



- MOREIRA, Érika Macedo. Polígono da maconha: exigência do plantio. 26(337): set./out., 18-23.
- SILVA, Jailson de Souza e. Incluídos no mercado, excluídos da vida: criança e adolescentes no tráfico. 26(337): set./out., 11-13.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – MUMBAI

- BERNHARD, P. Rui. Presenca Ecumênica no FSM 2004. 26(333): jan./fev., 23-24.
- CIPRIANI, Gabriele. O primeiro FSM no Oriente. 26(333): jan./fev., 29.
- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Índia: Terra do Zinzabahd - construindo alternativas. 26(333): jan./fev., 7-11.
- KOINONIA. O Fórum num caldeirão de culturas de Ásia. 26(333): jan./fev., 6.
- NASCIMENTO, Fátima. Comércio para o povo, não o povo para o comércio. 26(333): jan./fev., 19-22.
- SERRA, Ordep. Do mundo em Mumbai. 26(333): jan./fev., 25-28.
- ZANETTI, José Carlos, Índia uma crônica em um bilhão. 26(333): jan./fev., 12-18.

GÊNERO

- ALMEIDA, Ester. Gênero: vulnerabilidades, saúde reprodutiva, sexualidade. 26(336): jul./ago., 14-16.
- ALMEIDA, Tercio Paulo de. Gênero, sexualidade, religião. 26(336): jul./ ago., 20-22.
- BELTRAME, Ideraldo Luiz. Violência de gênero: implicações na saúde reprodutiva. 26(336): jul./ago., 11-13.
- GEBARA, Ivone. Gênero: uma questão de honra? 26(336): jul./ago., 23-25.
- KOINONIA. Menino ou menina? 26(336): jul./ago., 6.

- SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero: saberes e sabores a interrogar a vida e a teologia. 26(336): jul./ago., 7-10.
- SOUZAS, Raquel. Violência de raça e gênero: a materialidade do racismo. 26(336): jul./ago., 17-19.

GOVERNO LULA

DELGADO, Ignacio Godinho. A política econômica do governo Lula na perspectiva empresarial. 26(333): jan./fev., 33-37.

HOMOSSEXUALIDADE

CAVA, Ralph Della. Protestantismo mundial: o "novo" consenso emergente. 26(335): maio/jun., 27-36.

HUGO CHÁVEZ – GOVERNO

SADER, Emir. Lições da Venezuela. 26(336): jul./ago., 32-33.

IGREJAS – GOLPE MILITAR

- BITTENCOURT FILHO, José. Da dissidência à profecia. 26(334): mar./abr., 36-40.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e o golpe militar de 1964. 26(334): mar./abr., 23-31.
- CESAR, Waldo. Igreja e sociedade uma experiência ecumênica. 26(334): mar./abr., 7-14.
- GEBARA, Ivone. O que há de novo? 26(334): mar./abr., 41-43.
- HOORNAERT, Eduardo. A igreja da resistência em Recife. 26(334): mar./ abr., 15-22.

KOINONIA

- KOINONIA. Koinonia: resistência e esperança. 26(334): mar./abr., 6.
- . Sobre jornadas e encontros. 26(338): nov./dez., 6.

JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS - MADAME SATÃ

SILVA, Sergio Gomes da. Madame Satã: do profano ao sagrado. 26(336): jul./ ago., 29-31.

POBREZA

- BURLANDY, Luciene. O combate à pobreza no cenário brasileiro - interfaces com a segurança alimentar e nutricional. 26(335): maio/jun., 17-20.
- GEBARA, Ivone. Pobreza: um mote nordestino. 26(335): maio/jun., 24-26.
- KOGA, Dirce. Medidas de cidade para inclusão social. 26(335): maio/jun., 10-12.
- LEHER, Roberto. Ideologia da pobreza e governabilidade. 26(335): maio/ jun., 7-9.
- MAGALHÃES, Rosana. A pobreza na agenda pública no Brasil. 26(335): maio/jun., 13-16.
- MENEZES, Francisco. (In)Segurança Alimentar e Nutricional. 26(335): maio/jun., 21-23.

POLÍTICA INDIGENISTA – GOVERNO

SANTOS, Maria Cecília dos. "E a luta continua..." a política indigenista do Governo Lula. 26(335): maio/jun., 37-41.

MÚSICA – AUTORIA

SANTOS, Nilton Silva dos. Desde que o samba é samba é assim? 26(338): nov./dez., 36-40.

TEOLOGIA

GEBARA, Ivone. Uma certa Boa-Nova... 26(333): jan./fev., 30-32.

3ª JORNADA ECUMÊNICA

12 a 15 de outubro de 2005

O sonho ecumênico: solidariedade, justiça e paz



Inscrições e informações: (21) 2224-6/13 www.projornada.org.br / projornada@projornada.org.br

PROMOÇÃO FE BRASIL

CEBI, CECA, CEDITER, CESE, CESEP, CLAI-BR, CONIC, CREAS, DIACONIA, GTME, KOINONIA, PAD, UNIPOP

Chacina na Baixada Fluminense

MANIFESTO

"Manifestamos nossa total solidariedade aos familiares das vítimas da chacina de Nova Iguaçu e Queimados, aos moradores da Baixada Fluminense e às organizações que resistem aos abusos sistematicamente cometidos contra eles.

Queremos também expressar o nosso repúdio à restrição de direitos que vem atingindo as populações pobres de todo o Rio de Janeiro.

Não é de hoje que o Rio de Janeiro vem sendo palco de inúmeras chacinas de moradores de suas favelas e bairros populares. Alimentadas pela impunidade dos autores – quase sempre policiais militares – elas se multiplicam e deixam de ser acontecimentos extraordinários, tornandose sistemáticas e vitimando sobretudo jovens que ora são mortos em grupos, ora em séries de homicídios classificados como autos de resistência.

Repudiamos o desrespeito aos direitos húmanos repetidamente praticado por agentes do Estado e apoiado por uma opinião pública que ora se mostra omissa, ora transforma as vítimas em criminosos e considera justificáveis essas mortes.

Queremos viver em um Estado de direito democrático que não acolha em seu seio apenas a população mais abastada. Por isso exigimos que o Estado assuma integralmente sua responsabilidade de fazer justiça, acabando com a vergonhosa impunidade dos matadores e demais criminosos e com o desamparo das inúmeras vítimas da violência e da segregação espacial e social no Rio de Janeiro." Instituições que assinaram:

ABONG
CESEC/UCAM
CAVES/FIOCRUZ
FASE
FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO
IBASE
IUPERJ
JUSTIÇA GLOBAL
OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS URBANAS
E GESTÃO MUNICIPAL — IPPUR/UFRJ E FASE

(Publicado em 08/04/2005)

Ao reproduzir aqui este manifesto, KOINONIA apóia a iniciativa das entidades acima, solidarizando-se com os familiares das vítimas da chacina e endossando os clamores por justiça e paz.